



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE

Despacho do Superintendente do DAEE de 11/12/2012

"IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO"

2615

A vista do Decreto Estadual 41.258 de 01/11/96, da Portaria DAEE nº 717 de 12/12/96, do Decreto da Presidência da República de 27/06/1996, do Contrato de Concessão nº 304/98 - ANEEL/CBA e do Parecer Técnico Conjunto de Outorga BRB/BMT/BAT/DPO de 28/05/2012 das Diretorias de Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (BRB), Médio Tietê (BMT), Alto Tietê e Baixada Santista (BAT) e Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização (DPO). Inserido nos autos DAEE nº 9501037, ficam aprovados os estudos apresentados sobre os usos de recursos hídricos superficiais no reservatório Cachoeira do Franca. Rio Juquia-Guaçu e sobre as travessias das adutoras do Sistema Produtor São Lourenço, de acordo com o abaixo descrito, com a finalidade de abastecimento público, requeridos pela SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, observadas as disposições legais e regulamentares que disciplinam a matéria.

USO	RECURSO HÍDRICO/ Corpo d'água	UGRHI	Município	COORD. UTM 4m MC: 45°		Vazão Média Diária (m³/s)
				N	E	
CA	Rio Juquia-Guaçu Reservatório de Cachoeira do Franca	11	Juquitiba	7352,50	780,42	4,7
LA	Bacia do Alto Tietê	6	RMS	[1]		4,7
TR	As 114 travessias das adutoras de água bruta e tratada estão relacionadas no Anexo I desta Autorização					

CA: captação; LA: lançamento; TR: travessia

[1] pontes de lançamento a ser detalhadas na Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos

I - Esta autorização tem validade de até 3 (três) anos, contados a partir da data de sua publicação, e não confere a seu titular o direito de uso nos recursos hídricos para a captação pretendida, nem o direito de interferência relativo às travessias relacionadas.

II - Esta autorização não desobriga o outorgado a requerer a aprovação municipal referente à legislação de uso do solo, atender à legislação estadual e federal referente ao controle de poluição das águas (Lei Estadual 997 e seu regulamento) e à proteção ambiental (artigo 2º da Lei 4771/65 - Código Florestal), para viabilizar este empreendimento.

III - Quando do requerimento da outorga de direito de uso para a captação de 4,7 m³/s a Sabesp deverá apresentar a seguinte documentação complementar, sem prejuízo do disposto na Portaria DAEE 717/96 e sua Norma



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE

2616 D

- a – Licença de instalação expedida pela CETESB;
- b – Título de posse ou de propriedade da área onde será instalada a estação de bombeamento e a captação junto ad lago do aproveitamento Cachoeira do Franca;
- c – Contrato de concessão de uso a título oneroso, ou comodato de uso, da faixa do reservatório, firmado com a Votorantim Energia Ltda. para viabilizar o acesso à água;
- d – Regra de partição das vazões derivadas para atendimento da geração de energia pela Votorantim Energia, e do abastecimento da RMSP pela Sabesp;
- e – Regras de operação do aproveitamento e das derivações citadas em função do estado do reservatório e da previsão de afluência de vazões, visando o atendimento dos usos múltiplos dos recursos hídricos na Bacia do Rio Juquiá-Guaçu, em conformidade com o item 15 do Parecer Técnico CT-PG nº 02/2011 aprovada pela Deliberação CBH-RB-145, de 27/09/2011;
- f – Anuência da Votorantim Energia Ltda. com relação as restrições operacionais do reservatório da Usina Cachoeira do Franca, decorrentes da instalação e operação da captação projetada pela Sabesp;
- g – Definição dos responsáveis pela operação do aproveitamento e de suas estruturas hidráulicas;

IV – Quando dos requerimentos das Outorgas de Direito de Interferência nos Recursos Hídricos, deverão ser apresentados os projetos de cada uma das 114 travessias listadas no Anexo I, ficando dispensada a apresentação de estudos hidroológicos e hidráulicos para as travessias subterrâneas, sem prejuízo do disposto na Portaria DAEE 717/96 e sua Norma e Instruções Técnicas DAEE/DPO de nº 1 a 3.

São Paulo, 15 de Junho de 2012


ALCEU SEGAMARCHI JUNIOR
Superintendente

Publicado no DOE em 16/06/2012



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE

ANEXO I ao Despacho do Senhor Superintendente do

1.000.000

26/12/11

Relação das 114 (cento e quatorze) travessias projetadas para as adutoras de água bruta e tratada do Sistema Produtor São Lourença, sobre e sob cursos d'água das UGRHI 11 - Ribeira de Iguape, 10 - Tietê Sorocaba e 5 - Alto Tietê.

(folha 1/4)

Nº	A/S (1)	CORPO D'ÁGUA (que sofre a interferência)	SUB-BACIA	UGRHI	MUNICÍPIO	Coordenadas UTM (MC = 45°)	
						Km N	Km E
01	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7352,42	280,08
02	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7352,52	279,73
03	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7353,23	279,46
04	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7353,48	279,46
05	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7353,98	280,14
06	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7353,96	280,58
07	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7353,93	280,59
08	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7354,00	280,89
09	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7355,42	281,09
10	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7356,58	281,75
11	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7356,52	281,86
12	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7356,62	282,13
13	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7356,69	282,27
14	A	Rib. Laranjeiras	R. Juquia-Guaçu	11	Ibama, Juquitiba	7356,68	282,46
15	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7357,11	282,89
16	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7357,33	282,79
17	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7357,54	282,89
18	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7357,54	283,46
19	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7357,77	283,52
20	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7357,75	283,67
21	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7357,88	284,02
22	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7358,02	284,12
23	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7358,19	284,10
24	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7359,50	284,04
25	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7359,70	283,89
26	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7359,87	283,95
27	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7359,96	284,02
28	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Juquitiba	7360,26	284,12
29	S	Rib. Laranjeiras	R. Juquia-Guaçu	11	Juquitiba, Ibama	7360,69	284,08
30	S	Afluente s/ nome	Rib. Laranjeiras	11	Ibama	7360,74	284,08

(1) - A = aérea, S = subterrânea

Ref. Anexo I ao Despacho do Superintendente do DAEE de 05/04/2012

IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE

Fls. 02

2618.65

(folha 2/4)

Nº	A/S [H]	CORPO D'ÁGUA (que sofre a interferência)	SUB-BACIA	UGRH	MUNICÍPIO	Coordenadas UTM (M - 48°)	
						Km N	Km E
1	S	Afluente s/ nome	Rio Laranjeiras	11	Ibama	7360,75	284,07
2	S	Afluente s/ nome	Rio Laranjeiras	11	Ibama	7361,20	282,16
3	S	Afluente s/ nome	Rio Laranjeiras	11	Ibama	7361,45	282,62
4	S	Afluente s/ nome	Rio Laranjeiras	11	Ibama	7361,74	282,61
5	S	Afluente s/ nome	Rio Laranjeiras	11	Ibama	7362,04	282,06
6	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7366,25	284,44
7	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7366,65	284,79
8	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7366,78	285,12
9	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7367,43	285,39
10	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7367,24	285,57
11	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7368,04	285,60
12	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7368,18	285,66
13	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7368,29	285,73
14	S	Rio Sorocabuçu	Rio Sorocaba	10	Ibama	7368,63	285,88
15	S	Rio Sorocabuçu	Rio Sorocaba	10	Ibama	7368,59	285,98
16	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7368,37	286,21
17	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7368,34	286,62
18	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7368,70	287,15
19	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7369,09	287,62
20	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7369,60	287,65
21	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7369,76	287,77
22	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocabuçu	10	Ibama	7369,88	287,80
23	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocamirim	10	Ibama	7370,46	288,16
24	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocamirim	10	Ibama	7370,57	288,32
25	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocamirim	10	Ibama	7370,72	288,49
26	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocamirim	10	Ibama	7371,08	288,69
27	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocamirim	10	Ibama	7371,12	289,11
28	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocamirim	10	Ibama	7371,04	289,37
29	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocamirim	10	Ibama	7371,41	289,85
30	S	Afluente s/ nome	Rio Sorocamirim	10	Ibama	7371,60	290,05

[H] - A - cerca, S - subterrânea

Ref.: Anexo I ao Despacho do Superintendente do DAEE de 02/06/2012

IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO



SECRETARIA DE SANITAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE

26198

(folha 3/4)

						Coordenadas UTM (Norte - 45°)	
Nº	A/S (1)	CORPO D'ÁGUA (que sofre a interferência)	SUB-BACIA	UGRH	MUNICÍPIO	Km N	Km E
61	S	Córrego dos Cipios	Rio Sorocamirim	10	Ibipora	7372,55	290,48
62	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Ibipora	7373,02	290,59
63	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Ibipora	7373,60	291,15
64	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Ibipora	7374,19	290,83
65	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Ibipora	7374,60	290,48
66	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Ibipora	7375,59	289,91
67	S	Rio Sorocamirim	Rio Sorocaba	10	Ibipora/Cotia	7376,13	290,20
68	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Cotia	7376,87	290,40
69	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Cotia	7378,41	290,29
70	S	Córrego Pimunduba	Rio Sorocamirim	10	Cotia	7379,25	290,87
71	S	Córrego Lopes	Rio Sorocamirim	10	Cotia	7381,34	291,74
72	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Cotia	7381,73	293,09
73	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Cotia	7382,41	293,96
74	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Cotia	7382,29	294,23
75	S	Rio de Perceiras	Rio Sorocamirim	10	Cotia/Vargem G. Paulista	7381,96	295,40
76	S	Afluente s/nome	Rio Sorocamirim	10	Vargem G. Paulista	7382,82	296,46
77	S	Afluente s/nome	Rio Cotia	06	Vargem G. Paulista/Cotia	7384,05	297,07
78	S	Afluente s/nome	Rio Cotia	06	Cotia/Vargem G. Paulista	7384,69	297,12
79	S	Rio do Aterrado	Rio Cotia	06	Vargem G. Paulista/Cotia	7385,12	297,30
80	S	Rio do Aterrado	Rio Cotia	06	Cotia	7386,07	297,97
81	S	Afluente s/nome	Rio Cotia	06	Cotia	7386,53	298,14
82	S	Rio do Aterrado	Rio Cotia	06	Cotia	7386,91	298,29
83	S	Afluente s/nome	Rio Cotia	06	Cotia	7387,30	298,79
84	S	Afluente s/nome	Rio Cotia	06	Cotia	7387,76	299,30
85	S	Afluente s/nome	Rio Cotia	06	Cotia	7388,24	300,63
86	S	Afluente s/nome	Rio São João	06	Cotia	7388,85	300,27
87	S	Afluente s/nome	Rio São João	06	Cotia	7389,02	300,37
88	S	Afluente s/nome	Rio São João	06	Cotia/Hapeva	7389,78	300,36
89	S	Afluente s/nome	Rio São João	06	Hapeva	7391,66	301,64
90	S	Afluente s/nome	Rio São João	06	Hapeva/Cotia	7391,91	302,03

(1) - A = aérea, S = subterrânea

Ref. Anexo I ao Despacho do Superintendente do DAEE, de 15/06/2012

IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO

20



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE

PAGE: 030

2620 87

[folha 4/4]

Nº	A/S [1]	CORPO D'ÁGUA (que sofre a interferência)	SUB-BACIA	UGRH	MUNICÍPIO	Coordenadas UTM (Norte - 48°)	
						Km N	Km E
91	S	Afluente s/ nome	Rio São João	06	Cotia	7391,94	302,29
92	S	Afluente s/ nome	Rio São João	06	Cotia	7391,98	302,82
93	S	Afluente s/ nome	Rio São João	06	Cotia	7391,99	303,61
94	S	Afluente s/ nome	Rio São João	06	Cotia	7392,17	304,08
95	S	Afluente s/ nome	Rio São João	06	Cotia	7392,32	304,23
96	S	Afluente s/ nome	Rio São João	06	Cotia	7392,37	304,38
97	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Barueri	7395,13	307,91
98	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Barueri	7395,32	307,98
99	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Barueri	7395,69	308,81
100	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Barueri	7395,84	309,40
101	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Barueri	7395,87	309,47
102	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Barueri	7395,96	309,57
103	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Barueri	7396,56	309,88
104	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Barueri	7396,92	310,04
105	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Barueri	7397,25	309,85
106	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Barueri	7397,46	309,86
107	A	Rio Cotia	Rio Tietê	06	Barueri/Corapicumba	7398,21	310,76
108	S	Afluente s/ nome	Rio Cotia	06	Corapicumba	7398,33	312,29
109	S	Rio Cotia	Rio Tietê	06	Barueri	7398,43	310,33
110	A	Rio São João de Barueri	Rio Tietê	06	Barueri	7399,33	310,05
111	A	Rio Tietê	Rio Tietê	06	Barueri	7399,65	310,08
112	S	Corr. do Barbearo	Rio Tietê	06	Barueri/Santana de Parnaíba	7403,16	308,91
113	S	Afluente s/ nome	Rio Tietê	06	Santana de Parnaíba	7404,25	308,69
114	S	Afluente s/ nome	Rio Tietê	06	Santana de Parnaíba	7404,87	308,70

[1] - A = aérea, S = subterrânea



Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – Registro/SP
Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730
E-mail: comiterb@gmail.com

DELIBERAÇÃO CBH-RB Nº 145/11, DE 27/09/11.



Aprova o Parecer Técnico nº 02/2011 da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento – CT-PG, que tem como objeto a análise e manifestação sobre o Estudo e o Relatório de Impactos Ambientais – EIA/RIMA do projeto Sistema Produtor São Lourenço, da SABESP.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul – CBH-RB, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a RESOLUÇÃO SMA nº 054, DE 30 DE JULHO DE 2008, que estabelece procedimentos para o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, órgão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, receber contribuições/sugestões técnicas dos Comitês de Bacia para análise de Estudos de impacto Ambiental – EIA e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA;

Considerando a DELIBERAÇÃO CRH Nº 87, DE 28 DE OUTUBRO DE 2008, que estabelece diretrizes para os Comitês de Bacias Hidrográficas se manifestarem a respeito do EIA e do RIMA encaminhados pelo Órgão Ambiental Licenciador;

Considerando o Ofício nº 037/11/IE, datado de 22/06/11, do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, que, tendo em vista obter subsídios para o processo de Licenciamento Ambiental Prévio, solicita análise e manifestação sobre o EIA/RIMA do projeto Sistema Produtor São Lourenço, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Delibera:

Artigo 1º. Fica aprovado o Relatório Técnico nº 02/2011, constante do anexo desta deliberação, elaborado pela Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento – CT-PG, como subsídio do CBH-RB ao processo de análise do EIA/RIMA do projeto Sistema Produtor São Lourenço, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP;

Artigo 2º: Esta Deliberação entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

DÉCIO JOSÉ VENTURA
Presidente do CBH-RB

ARLEI BENEDITO MACEDO
Vice-Presidente do CBH-RB

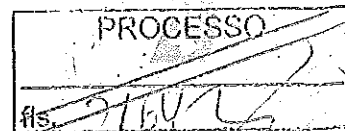
NEY AKEMARU IKEDA
Secretário Executivo do CBH-RB



Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – Registro/SP

Tel. (13) 3821-3244 – Fax: 3821-4730

E-mail: comiterb@gmail.com



Parecer Técnico CT-PG nº 02/2011

Assunto: Análise do EIA/RIMA do Sistema Produtor São Lourenço, da Sabesp.

I. Histórico da análise no âmbito do CBH-RB:

1. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul – CBH-RB recebeu no dia 04/07/11 o Ofício nº 037/11/IE, datado de 22/06/11, do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, órgão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que, tendo em vista obter subsídios para o processo de Licenciamento Ambiental Prévio, solicita análise e manifestação sobre o Estudo e o Relatório de Impactos Ambientais – EIA/RIMA do projeto intitulado “Sistema Produtor São Lourenço – (SPSL)”, sob responsabilidade da SABESP (Processo IMPACTO 21/2010). O referido Departamento disponibilizou em meio digital cópia do EIA/RIMA, elaborado pela empresa consultora Prime Engenharia e Comércio Ltda., em contrato com a empresa consultora Encibra S. A. Estudos e Projetos de Engenharia, responsável pelo estudo e concepção do projeto básico do Sistema Produtor São Lourenço, por meio dos quais se podem destacar as informações seguintes que permitem, em síntese, a caracterização do empreendimento objeto de avaliação através do EIA/RIMA pelo Grupo Técnico adiante especificado:

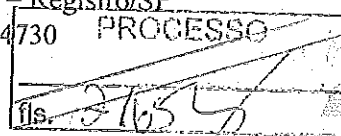
- O empreendimento é de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, empresa de economia mista subordinada à Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos;
- O SPSL consiste em um conjunto de instalações para captação de uma vazão média anual de 4,7 m³/s de água no Reservatório Cachoeira do França (na bacia do Alto Juquiá), e posterior recalque, adução de água bruta, tratamento e adução de água tratada para reforço e regularização do abastecimento público de água de cerca de 1,5 milhões de pessoas na zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), mediante interligação ao Sistema Integrado Metropolitano (SIM) operado pela Sabesp;
- O Decreto Federal de concessão à Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) do aproveitamento hidrelétrico das Usinas Hidrelétricas (UHES) de França, Fumaça, Barra, Porto Raso, Alecrim e Serraria, situadas ao longo do rio Juquiá, e o respectivo Contrato de Concessão firmado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a CBA, reservam o direito de reversão de uma vazão de até 4,7 m³/s para abastecimento público da RMSP;
- O SPSL compõe-se de um conjunto de instalações lineares com 48,22 km de adutora de água bruta (com 2100 mm de diâmetro), 30,75 km de adutora de água tratada (em 2100, 1800, 1500 e 1200 mm de diâmetro), 14,3 km de 4 sub-adutoras (em 800 e 400 mm), cerca de 40,36 km de linha de transmissão em 138 kV, e mais instalações localizadas – tomada de água, estações elevatórias, chaminés de equilíbrio, Estação de Tratamento de Água (ETA) e reservatórios – situadas no território de 10 municípios da RMSP e mais Ibiúna;
- O SPSL apresenta o propósito de atender o crescimento previsto das demandas do Sistema Integrado Metropolitano até por volta de 2020, já considerando a economia de água decorrente do amplo Programa de Redução de Perdas e Eficiência Energética em execução pela SABESP;
- O SPSL será responsável pelo suprimento de água de 13 setores de abastecimento em 7 municípios da zona oeste da RMSP, que hoje são abastecidos pelos Sistemas Produtores Alto Cotia, Baixo Cotia, Guarapiranga e Cantareira. Esses 13 setores têm uma população estimada de 1,4 milhão de habitantes em 2015 e 1,7 milhão de habitantes em 2025;



Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – Registro/SP

Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730

E-mail: comiterb@gmail.com



- O SPSL propõe beneficiar também diversos outros municípios que serão melhor abastecidos pelos atuais sistemas produtores. Por exemplo, a água liberada do Cantareira permitirá atender melhor municípios do extremo norte da RMSP, como Franco da Rocha e Francisco Morato, e a água liberada do Alto Cotia permitirá reforçar o abastecimento dos municípios de Itapeverica da Serra e Embu Guaçu.
2. Foi criado neste Comitê um grupo técnico especialmente para tratar do assunto, o Grupo Técnico de Análise do EIA/RIMA do Sistema Produtor São Lourenço (GT-SPSL), que apoiou a Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento (CT-PG) para a elaboração deste Parecer Técnico. Uma listagem com os principais questionamentos foi também elaborada pelo GT-SPSL e encaminhada à Sabesp, que durante reunião do Grupo, em 01/09/2011, realizou apresentação do EIA/RIMA e abordou as questões acima citadas. Outras reuniões da CT-PG e do GT-SPSL para elaboração deste parecer foram realizadas nos dias 04/08/2011, 19/08/2011 e 08/09/11. A atuação do CBH-RB, por meio de sua Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento – CT-PG e do Grupo Técnico de Análise do EIA/RIMA do Sistema Produtor São Lourenço (GT-SPSL), com a colaboração de técnicos de diversas instituições, visa focar primordialmente quanto aos impactos do empreendimento nos recursos hídricos; contudo, os trabalhos dos grupos de análise dos materiais técnicos disponibilizados pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da SMA foram ampliados de forma a considerar os múltiplos aspectos. Cabe dizer que a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI -11 é uma bacia considerada de conservação, na qual, conforme exposto pelo Relatório de Situação de 2010, há a presença de elevada disponibilidade de água superficial em relação à demanda, de extensa e rica rede de drenagem e de alta proporção de cobertura florestal nativa e de Unidades de Conservação. O citado relatório expõe, por outro lado, que esta riqueza ambiental está aliada a uma grande carência econômica e social, expressas pelos diversos indicadores sociais e econômicos, como IDH-M e IRPS. Coloca-se ainda que a bacia do Alto Juquiá é uma das sub-bacias com menor disponibilidade de água superficial da UGRHI 11, com a totalidade dos corpos d'água enquadrados como classe 1 (resolução CONAMA 357/2005). Este Comitê entende que o recurso hídrico requerido pelo empreendimento "Sistema Produtor São Lourenço" é um recurso produzido na região a alto custo econômico-social, sendo que as recomendações e considerações constantes deste parecer objetivam proteger os recursos hídricos da UGRHI 11, mas de forma adequada à realidade socioambiental da região. Na sequência do exposto, seguem as considerações e recomendações do CBH-RB especificadas nos tópicos abaixo como contribuição para análise do processo de licenciamento, atendendo, assim, à demanda do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos.

II. Considerações e recomendações:

A. CT-PG e o GT-SPSL consideram que o empreendimento em análise apresenta impactos significativos nos recursos hídricos e que não estão devidamente tratados no EIA/RIMA apresentado. Desta forma, consideram que, para esta fase de Licença Prévia (LP), o EIA/RIMA do empreendimento em questão deverá atender às seguintes recomendações/exigências:

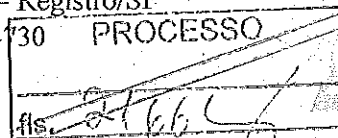
- 1- Que a Cobrança pelo Uso da água não seja colocada como medida compensatória ou mitigadora dos impactos ambientais, uma vez que segundo a Lei 7663 a cobrança é um instrumento de gestão e o uso dos recursos deve obedecer às diretrizes estabelecidas no Plano de Bacia;



Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – Registro/SP

Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4130 PROCESSO

E-mail: comitêb@gmail.com



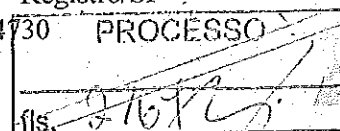
- 2- Em relação ao empreendimento proposto, observou-se que a Linha de Transmissão foi a principal preocupação durante a análise dos documentos, em função dos potenciais impactos ambientais que pode gerar. Nenhuma das alternativas apresentadas para a alocação da Linha de Transmissão pareceu razoável. A alternativa Embu-Guaçu apresenta alto custo ambiental, passando por vegetação de estágio avançado de regeneração a primário. Solicita-se, portanto, a verificação de alternativas, tais como a utilização de linhões próximos ao empreendimento ou da energia gerada localmente na própria represa cachoeira do França, considerando as regras em vigência da ANEEL;
- 3- Que as medidas mitigadoras e preventivas dos impactos descritas no EIA/RIMA estejam identificadas separadamente às medidas compensatórias do empreendimento;
- 4- Esclarecer quais as medidas de compensação que serão aplicadas às propriedades privadas impactadas na área de intervenção;
- 5- Que sejam incluídos no EIA/RIMA os impactos da obra na estrada das Laranjeiras;
- 6- Que o EIA/RIMA apresente estudos com relação ao resgate arqueológico, bem como o seu devido acompanhamento durante as obras;
- 7- Discriminar nas tabelas de vegetação a ser suprimida os quantitativos de vegetação, inclusive primária e secundária em estágio avançado de regeneração, abrangendo as áreas referentes às Linhas de Transmissão, por município;
- 8- Os estudos apontam para um acréscimo de 2500 trabalhadores, sendo 1000 apenas em Juquitiba, durante o período de execução da obra. Que o EIA/RIMA apresente estudos sobre os impactos sociais e ambientais que este acréscimo populacional temporário pode causar na região, nos aspectos segurança pública, saúde, educação, saneamento e infra-estrutura. Aponte também as medidas mitigadoras e compensatórias a esses impactos mencionados, tais como a implantação de programa educativo para os moradores no entorno da obra, a capacitação e contratação de mão de obra local, sistema de transporte eficiente, a instalação de núcleos habitacionais sustentáveis (preferencialmente a serem mantidos posteriormente), procedimentos de desmobilização, entre outros;
- 9- Que o EIA/RIMA aponte medidas de apoio aos municípios da sub-bacia do Juquiá para fiscalização do uso e ocupação do solo;
- 10- Que o empreendedor, durante o período de operação do Sistema Produtor, contribua com recursos financeiros para Fundos que possam viabilizar o Pagamento de Serviços Ambientais na área de abrangência do empreendimento, como o FEHIDRO ou Fundos Municipais Ambientais, para incentivar a conservação dos recursos hídricos e garantir que a região continue a ter água em quantidade e qualidade;
- 11- Para a compensação por supressão de vegetação recomendamos a proporção de 20:1, devendo a mesma ser considerada para os projetos da Linha de Transmissão e de intervenção na estrada da Laranjeiras. Que essa compensação seja feita preferencialmente na forma de aquisição para formação de Unidades de Conservação (RPPNs ou públicas) na área da sub-bacia do Alto Juquiá;
- 12- Que a atuação institucional da Sabesp em relação à melhoria dos sistemas de água e esgoto, na área de captação do Sistema Produtor, propicie cobertura correspondente a 100% de coleta e tratamento de esgoto, apresentando metas intermediárias e a conclusão em até 10 anos após o início da obra do Sistema Produtor;



Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – Registro/SP

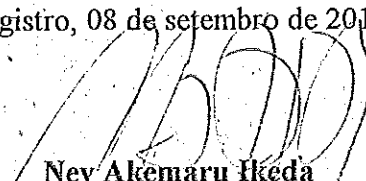
Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730

E-mail: comiterb@gmail.com



- 13- Que o empreendedor apresente, para aprovação do CBH-RB, um Programa de Educação Ambiental de longo prazo, a ser executado durante todo o período de operação do Sistema Produtor, consoante com as Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental e com o Plano de Bacia do CBH-RB, envolvendo os grupos sociais: funcionários da Sabesp e terceirizados envolvidos na operação do Sistema, monitores e educadores ambientais, jovens, associações comunitárias, comunidade escolar, funcionários públicos municipais e população em geral dos municípios de Juitiba, São Lourenço e Ibiúna;
- 14- Estabelecer um programa de capacitação, de forma contínua e permanente, nas áreas de ecoturismo, monitoria ambiental, educação ambiental, agroecologia, manejo florestal e serviços ambientais, nos municípios de Juitiba, São Lourenço e Ibiúna, de forma a dar condições à população local de ter oportunidades de geração de renda em consonância com a conservação dos recursos hídricos;
- 15- Apresentar estudo de avaliação do balanço hídrico na sub-bacia do Juquiá.

Registro, 08 de setembro de 2011.


Ney Akemaru Ikeda
Secretário Executivo do CBH-RB

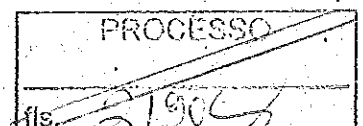
CBH-SMT COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

Deliberação CBH-SMT nº 261, de 10 de novembro de 2011.

Aprova parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos / CT-PLAGRHI, do CBH-SMT, sobre a implantação do Sistema Produtor São Lourenço, na UGRHI 10.

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT), no uso de suas atribuições legais, e considerando

- A orientação da Política Estadual de Recursos Hídricos estabelecida pela Lei 7.663, de 30/12/1991, se destaca como um de seus princípios, conforme Art. 3º, inciso VII, desse dispositivo, a "compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente". Uma das competências dos Comitês de Bacias Hidrográficas, conforme Art. 26 da Lei 7.663, é a estabelecida em seu inciso VI de "promover estudos, divulgação e debates, dos programas prioritários de serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade".
- A Resolução SMA nº 054, de 30 de julho de 2008, prevê que os Comitês de Bacias forneçam contribuições e sugestões técnicas para as análises de Estudos de Impacto Ambiental – EIA e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA de empreendimentos que tenham como impacto significativo a intervenção no regime hídrico da bacia hidrográfica onde planejam se implantar (art.1º), e a relação que o empreendimento mantém com as metas do Plano de Bacia ou com o Relatório de Situação (art.2º).
- Deliberação CRH nº 87, de 28/10/2008, que estabelece diretrizes para os Comitês de Bacias Hidrográficas se manifestarem a respeito dos Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental - RIMA encaminhados pelo Órgão Ambiental Licenciador.
- O Ofício CETESB 039/11/IE que encaminhou ao CBH/SMT o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA, desse empreendimento, para análise e manifestação nos aspectos de competência do CBH-SMT;
- Que esses documentos foram encaminhados pela Secretaria-executiva do CBH-SMT à Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos / CT-Plagrhi, do CBH-SMT, para manifestação quanto à utilização de recursos hídricos;



CBH-SMT COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

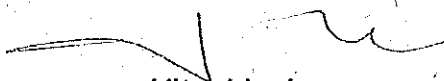
PROCESSO
fls. 21918

DELIBERA:

Artigo 1º – Fica aprovado o Parecer apresentado pela Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos / CT-Plagrhi, relativo ao Sistema Produtor São Lourenço, a ser remetido para a Companhia Ambiental do Estado De São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, que desde já é considerado como **Anexo** e parte integrante desta Deliberação.

Artigo 2º – Pela análise do EIA/RIMA referente à implantação do empreendimento, objeto desta deliberação, este Comitê conclui serem necessárias adequações do EIA-RIMA e a observância de novas medidas mitigadoras e compensatórias segundo parecer que se encontra em anexo.

Artigo 3º – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelo CBH-SMT.



Vitor Lippi

Presidente do CBH-SMT

ANEXO

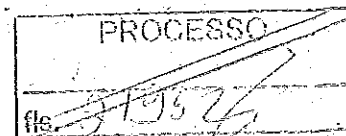
PROCESSO
fls. 2193

**Parecer do CBH-SMT sobre o EIA-RIMA do Sistema Produtor São
Lourenço**

fls. 2193

Sumário

1. Características do Empreendimento.....	4
2. Análise do EIA.....	5
A. Linha de Transmissão (LT) de Energia Elétrica.....	5
B. Recursos Hídricos.....	6
C. APA de Itupararanga.....	6
D. Demanda de Água na Bacia do Alto Sorocaba.....	6
E. Plano de Manejo Ambiental.....	7
3. Impactos para bacia do Alto Sorocaba.....	8
A. Transposição de Rios e Supressão de APP.....	8
B. Alterações da Paisagem.....	9
C. ETA.....	10
D. Esgoto.....	10
4. Síntese das Solicitações do CBH-SMT.....	13
5. Referências Bibliográficas.....	15



Características do Empreendimento

O Sistema Produtor São Lourenço (SPSL) é um sistema captação de água da margem direita do reservatório Cachoeira do França, bacia do Alto Juquiá, no braço do ribeirão Laranjeiras, cerca de 1 km à montante da antiga foz do ribeirão no rio Juquiá para abastecimento de 7 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Este sistema deverá ser construído e operado pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

O sistema de recalque foi projetado para operar durante 18,8 horas diárias com uma vazão de $6,0 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$ para evitar operar em horário de ponta da demanda de energia elétrica, e ter como benefício o abatimento da tarifa horo-sazonal de energia elétrica. A média diária de água bruta captada será de $4,7 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$.

O trecho 1 da adutora de água bruta terá 21 Km por recalque, pelos municípios de Ibiúna e Jquitiba. Em Ibiúna, uma chaminé de equilíbrio será construída no alto da serra e dará continuidade ao trecho 2 da adutora de água bruta, com transporte por gravidade, que irá até Cotia, em um trecho total de 26 Km.

A ETA São Lourenço, será construída no Município de Cotia, Distrito de Caucaia do Alto, ainda dentro da Sub-bacia do Alto Sorocaba. Esta ETA foi concebida e pré-dimensionada para constituir uma unidade de tratamento convencional de ciclo completo com capacidade para tratar $6,0 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$. A ETA será implantada em área antropizada situada entre a Estrada dos Pereiras e a Estrada da Escola Agrícola, distando aproximadamente 2 km da Estrada de Caucaia.

O sistema de adução de água tratada do SPSL atravessará os municípios de Cotia, Vargem Grande Paulista, Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Santana de Parnaíba. Estão previstas derivações de $95 \text{ L} \cdot \text{s}^{-1}$ para abastecimento de Caucaia do Alto e de $188 \text{ L} \cdot \text{s}^{-1}$ para Vargem Grande Paulista, municípios inseridos na Bacia do Alto Sorocaba além de outras derivações para abastecimento de Cotia, Barueri, Jandira, Itapevi, Santana de Parnaíba e Carapicuíba.

O empreendimento afeta diretamente três Unidades de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (UGRHs): Ribeira de Iguape e Litoral Sul (UGRHI 11),

CBH-SMT COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

Sorocaba e Médio Tietê (UGRHI 10) e Alto Tietê (UGRHI 6). A água será captada na UGRHI 11 no município de Ibiúna e beneficiará diretamente os municípios de Vargem Grande Paulista e Cotia na mesma UGRHI e os municípios de Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Santana do Parnaíba na UGRHI 6, além de aumentar indiretamente a disponibilidade de água para a Cidade de São Paulo com redução da demanda destes municípios ao sistema já existente. Na UGRHI 10 além da passagem das tubulações de água bruta e tratada acontecerá ainda a implantação da ETA São Lourenço no Distrito de Cocaia do Alto, Município de Cotia, com impacto direto na Sub-bacia do Alto Sorocaba.

Esta sub-bacia além de compreender a APA de Itupararanga é considerada área prioritária para a conservação e investimento pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e do Médio Tietê (CBH-SMT), pois seu principal corpo de água, o Reservatório Itupararanga é manancial essencial e muitas vezes única alternativa de abastecimento para os municípios das sub-bacias do alto e médio Rio Sorocaba.

Análise do EIA

O EIA-RIMA apresentado do empreendimento a CTPLAGRHI possui algumas falhas que dificultam a plena análise dos impactos previstos:

Linha de Transmissão (LT) de Energia Elétrica

O EIA afirma na sua página 119 que um acordo com a concessionária da Represa da Cochoeira do França seria a melhor alternativa para a energização do SPSL, porém por questões institucionais esse acordo não é possível e ainda afirma: *"Esta solução reduziria significativamente o investimento em alimentação elétrica e, principalmente, reduziria o impacto ambiental do SPSL como um todo, pois os impactos ambientais das demais alternativas de LT são maiores, em muitos aspectos, que os impactos de todo o circuito hidráulico do SPSL"*

O EIA afirma ainda na sua página 122 *"A decisão quanto às características técnicas e ao traçado das LTs que alimentarão o SPSL não mais cabe à Sabesp. Entretanto, o licenciamento ambiental prévio do SPSL inclui o sistema de alimentação elétrica, pelo qual um traçado referencial da LT que alimentará a EEAB teve que ser desenvolvido a fim de avaliar o impacto e a viabilidade ambiental do empreendimento."* Ou seja, a alternativa de



CBH-SMT COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

traçado indicado no EIA é apenas referencial e não é definida como alternativa final. E ainda reforça que *"A concessionária de energia elétrica será a entidade responsável pelo projeto, aprovação, licenciamento ambiental, construção, operação e manutenção da(s) LT(s)."*

O CBH-SMT através da sua CTPLAGRHI entende que apesar do traçado referencial apresentado não afetar a Bacia do Alto Sorocaba a incerteza sobre o traçado definitivo da linha de transmissão é um fator que dificulta a análise ambiental global do empreendimento. Portanto, solicita-se que o EIA-RIMA da linha de transmissão seja elaborado para ser analisada conjuntamente ao EIA do SPSL.

Recursos Hídricos

A análise da qualidade e quantidade dos recursos hídricos do EIA ficou restrito as condições do Reservatório Cachoeira do França e não há informações sobre os cursos de água que serão transpostos pelas adutoras de água bruta e água tratada.

Devido à grande quantidade de nascentes a serem transpostas e a importância das bacias hidrográficas envolvidas, 34 na Bacia do Rio Sorocamirim e 22 na Bacia do Rio Sorocabuçu bacias formadoras do Reservatório Itupararanga (Tabela 6.3.1.3 pag. 394 do EIA), o CBH-SMT entende ser importante o levantamento da qualidade e vazão destes cursos de água para permitir o acompanhamento dos impactos futuros do empreendimento.

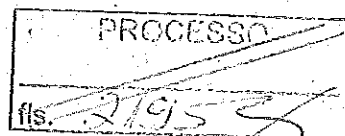
APA de Itupararanga

O EIA não considerou o zoneamento da APA Itupararanga aprovado em 2010 na análise das alternativas de traçado nem na análise do meio sócio-econômico. Cabe lembrar que a APA Itupararanga é uma unidade de conservação que existe desde 1998 e que foi criada com o objetivo principal de proteger o principal manancial do Alto e Médio Sorocaba, principal fonte de abastecimento, e em alguns casos único manancial, para cerca de um milhão de habitantes na bacia.

O CBH-SMT entende ser esta uma falha que pode, inclusive, levar a revisão da análise de alternativas de traçado e, portanto esta etapa deve ser refeita.

Demanda de Água na Bacia do Alto Sorocaba

A captação de água bruta será realizada no território do município de Ibiuna. Este município tem parte de sua área na Bacia do Alto Sorocaba. Segundo o Plano de Bacia do Comitê de bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT, 2006) a bacia do



CBH-SMT COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

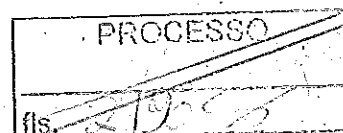
Alto Sorocaba é considerada crítica em termos de disponibilidade e demanda. Além disso, a Bacia do Alto Sorocaba afeta a disponibilidade de água no Médio Sorocaba região mais populosa da Bacia com duas das maiores cidades (Sorocaba e Votorantim)

O EIA não considera as demandas de água na bacia do Rio Sorocaba na sua análise, e a portanto o uso futuro deste mesmo manancial para abastecimento da bacia do Sorocaba. O CBH considera ser essencial um estudo da disponibilidade e demanda de água no município de Ibiúna e nas sub-bacias do Alto e Médio Sorocaba para avaliar os cenários atuais e futuros de abastecimento e que este estudo seja complementado de projeto de monitoramento da demanda de água nestas bacias vinculado a revisões periódicas do SPSL e as licenças de operação e outorga.

Plano de Manejo Ambiental

Alguns planos de manejo apresentados necessitam ser revistos, pois não contemplam todos os impactos previstos. O CBH-SMT destaca os seguintes programas:

- No "*Programa de Apoio aos municípios*" (item 8.15 do EIA) que prevê melhoria das condições de saneamento na região de Juquitiba e São Lourenço, não prevê o mesmo tratamento para os municípios que também serão grandemente impactados como Ibiúna, Vargem Grande e Cotia. Sendo que Ibiúna, além de ser o município onde ocorrerá a captação, estando portanto também na bacia do manancial, será também o município mais afetado pela passagem da adutora de água bruta. É necessário a ampliação deste programa ou a criação de um programa específico para os municípios impactados, prevendo também os mesmos benefícios de melhoria das condições de saneamento.
- No "*Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água*" (item 8.12) são incluídos somente a Represa de Cachoeira do Franca e os Rios Juquiá, São Lourenço e Laranjeiras. Os Rios Sorocamirim e Sorocabuçu formadores do Reservatório Itupararanga e afetados pela passagem da adutora de água bruta também devem ser considerados no programa de monitoramento.
- No "*Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) na Operação*" (Item 8.19) deve ser considerado também o risco de rompimento da adutora de água bruta e



CBH-SMT COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

tratada é um plano de emergência para evitar impactos deste tipo de acidente na Bacia do Alto Sorocaba.

Impactos para bacia do Alto Sorocaba

A Câmara Técnica de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (CTPLAGRHI) do CBH-SMT analisou e discutiu o EIA-RIMA do empreendimento e destacou os seguintes impactos para a UGRHI10:

A. Transposição de Rios e Supressão de APP

A passagem subterrânea das tubulações por rios e riachos da cabeceira do Reservatório Itupararanga com o aterramento de "áreas brejosas", e as passagens elevadas em rios tributários do reservatório com alterações da APP são impactos significativos na região.

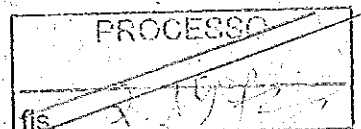
Apesar do EIA-RIMA indicar que este impacto é temporário e que as áreas de APP serão completamente recuperadas, não há como afirmar que a alteração em um grande número de áreas (56 travessias na Sub-bacia do Alto Sorocaba, com alteração total de 11,8 hectares de APP) dentro de uma mesma bacia não possa levar a um processo acumulativo de alteração. Além disso, a recuperação da vegetação não implica, necessariamente, em recuperação da biodiversidade local.

Este problema é mais grave pela falta de informações atualizadas sobre as condições de cada uma das áreas transpostas tanto na questão da diversidade quanto na qualidade de água nestes pontos.

O CBH-SMT entende que em função da criticidade da bacia e da importância do manancial, como previsto no seu plano de Bacia (CBH-SMT, 2006), deve-se assegurar que no projeto executivo sejam minimizadas as transposições de rios e intervenções em APP e que a proposta de traçado em cada transposição seja discutido e acordado juntamente com o CBH-SMT, o CG da APA Itupararanga e os municípios afetados antes da solicitação da licença.

O *Programa de Monitoramento Ambiental* (Item 8.17) proposto, apesar de bem elaborado, não possui mecanismos de divulgação dos resultados e avaliação com a

PROCESSO



CBH-SMT COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

comunidade local. Solicita-se que as atividades de monitoramento previstas sejam acompanhadas por um conselho formado por representantes dos municípios afetados, conselho gestor da APA Itupararanga e CBH-SMT.

B. Alterações da Paisagem

A passagem da adutora de água bruta dentro da Zona de Proteção da Biodiversidade definida pelo plano de Manejo da APA Itupararanga, uma das áreas com vegetação mais conservadas da sub-bacia, e um corredor de vegetação entre duas unidades de conservação de proteção integral, o Parque Estadual do Jurupará, na porção sul de Ibiúna na divisa com Piedade e Juquitiba e a Reserva Florestal do Morro Grande no município de Cotia é também um impacto preocupante. Cabe ressaltar que o Plano de manejo da APA Itupararanga não foi considerado na análise o EIA nem no estudo de alternativas de traçado.

Solicita-se que seja revisto o traçado incluído o zoneamento da APA e os maiores fragmentos florestais da região que são importantes para a formação de um corredor de biodiversidade entre o Parque Jurupará e a reserva de Morro Grande.

Além disso, a utilização de areia e a geração de resíduos da construção podem ser importantes impactos secundários na paisagem. Solicita-se que a areia utilizada não seja adquirida na Bacia do Alto Sorocaba, para evitar o impacto adicional da extração de areia na área da Represa Itupararanga e que o resíduo da construção também não seja disposto na bacia do Alto Sorocaba em função da possibilidade de impacto no manancial.

Complementarmente o CBH solicita que nos programas de recomposição de vegetação sejam considerados:

1. Compensação das áreas desmatadas e do impacto na bacia do SMT através de um programa de incentivo de recomposição vegetal por Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) nas nascentes dos efluentes do Reservatório Itupararanga.
2. Elaboração de programa de incentivo, financiado pela empresa concessionária, de técnicas mais sustentáveis de produção (agro ecologia) como, por exemplo, sistemas agro-florestais nas áreas de entorno do empreendimento.



C. ETA

A geração de Lodo e resíduo de lavagem dos filtros da ETA São Lourenço, no Distrito de Caucaia do Alto, municípios de Cotia.

O EIA informa que o tratamento do Lodo será realizado na área da ETA e que os resíduos deste tratamento serão recirculados, porém não está claro o destino da água de lavagem dos filtros. O EIA também informa que o Lodo será transportado para disposição em um aterro, porém não informa qual unidade receberá o Lodo sendo que não há no município de Cotia unidade de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apta a receber este resíduo.

Além disso, a ETA está na área de cabeceira da bacia do reservatório Itupararanga e qualquer acidente ou transbordo irá afetar o principal manancial da região. Usando o princípio da precaução solicita-se a elaboração de um estudo de alternativa de localização da ETA, considerando o risco para o manancial e áreas de disposição de resíduos.

D. Esgoto

Como toda a água transportada será utilizada nos municípios da região oeste da Região Metropolitana de São Paulo que contam com pouco ou nenhum tratamento de esgoto, parte desta água (cerca de 80%) retornará para as bacias do Rio Sorocaba e para o Trecho Médio do Rio Tietê na forma de esgoto não tratado.

Segundo dados do Relatório de Qualidade de Águas Interiores (CETESB, 2010) a condição de tratamento de esgoto dos municípios atendidos pelo SPSL é considerada muito ruim com 43% de coleta na área urbana e 7% de tratamento do esgoto coletado, sendo que a maioria dos municípios despeja o esgoto "*in natura*" em corpos de água da bacia do Sorocaba e do Tietê (tabela 1 e figura 1).

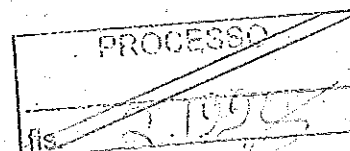
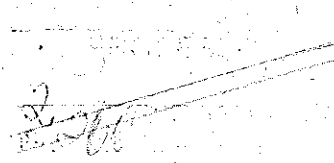
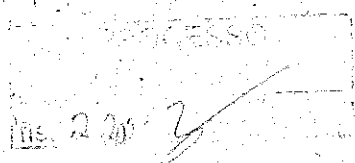


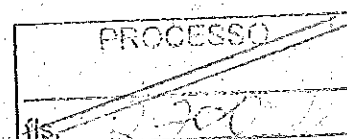
Tabela 1. Porcentagem de coleta e tratamento de esgoto em áreas urbanas nos municípios atendidos pelo Sistema Produtor São Lourenço. Dados do Relatório 2010 de Qualidade de Águas Interiores da CETESB (2010).

Município	Coleta	Tratamento
	%	%
Cotia	45	43
Vargem Grande Paulista	19	0
Itapevi	43	0
Jandira	57	0
Barueri	55	0
Carapicuíba	56	5
Santana de Parnaíba	26	0

Vale destacar que todos os municípios do alto Tietê e da sub-bacia do Alto Sorocaba atendidos com esse projeto têm como concessionária do serviço de água e esgoto a SABESP, que é a mesma empresa interessada no empreendimento em questão.

A SABESP afirma em seu site que até 2013 pretende garantir 90% de coleta de esgoto e 88% de tratamento, e que até 2018 prevê ter universalizado o tratamento de esgoto em todo o Estado de São Paulo (SABESP, 2011).

Como a previsão de início de operação do SPSL entre 2014 e 2017 (página 43 do EIA) o CBH-SMT solicita que a licença de operação seja vinculada ao cumprimento da meta de tratamento de esgoto prevista pela SABESP nos municípios do Alto Tietê, ou seja, no mínimo 90% de coleta e 88% de tratamento para os municípios de Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Santana do Parnaíba.



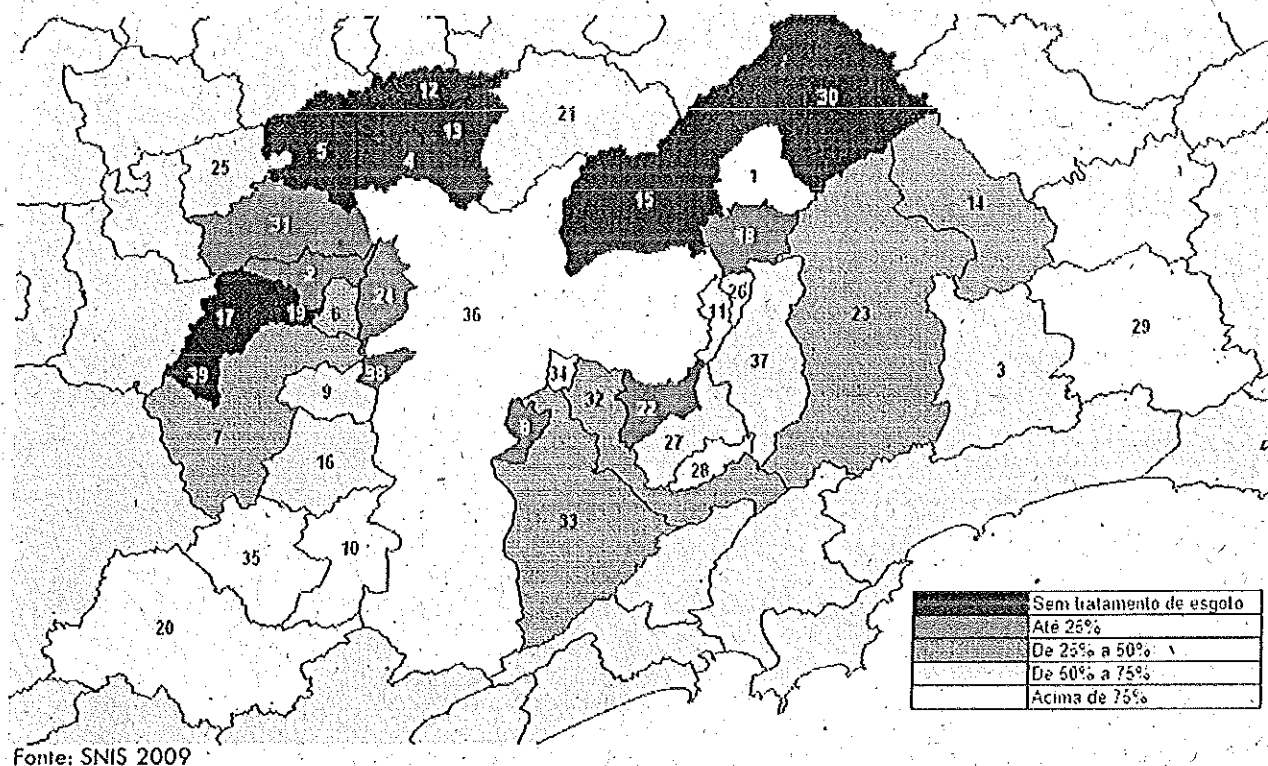


Figura 1. Mapa de porcentagem de tratamento de esgoto na Região Metropolitana de São Paulo, fonte SNIS, 2009.

Como é meta da empresa universalizar o tratamento de esgoto até 2018 e em função da importância do manancial do Reservatório Itupararanga no contexto regional o CBH SMT solicita que os municípios da Bacia do Alto Sorocaba: Ibiúna, Vargem Grande Paulista e o Distrito de Caucaia do Alto em Cotia sejam priorizados e o cronograma de universalização adiantado para 2014 o processo com coleta de no mínimo 90% dos esgotos nas áreas urbanas consolidadas e o tratamento de 100% dos esgotos.

Como o principal problema que afeta a qualidade de água do Reservatório Itupararanga é o aumento do seu nível trófico (Figura 2) os tratamentos previstos devem ser preferencialmente no nível terciário. Para pequenos núcleos populacionais isolados pode-se prever tratamento em nível secundário com a concordância do órgão licenciador (CETESB), ouvidos o CBH-SMT e o CG da APA Itupararanga.

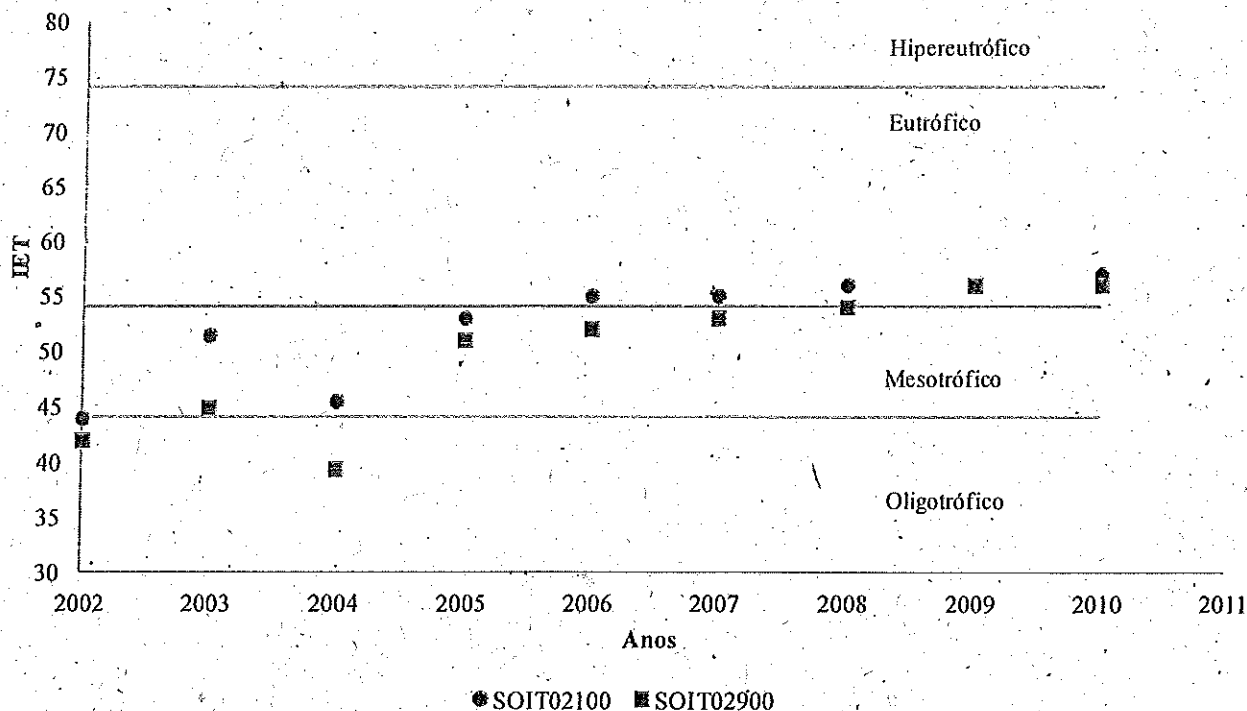


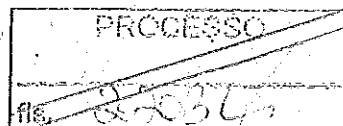
Figura 2. Evolução do Índice de Estado trófico em dois pontos do reservatório Itupararanga (SOIT02100 na PEaia do escritório em Ibiúna e SOIT02900 Próximo a Barragem em Votorantim) e entre 2002 e 2010. Dados dos Relatórios de Qualidade de Água Interiores da CETESB. (Bernardi, 2011)

Síntese das Solicitações do CBH-SMT

- EIA da Linha de Transmissão de energia com seu traçado definitivo, para análise do impacto conjunto.
- Caracterização do meio físico e biológico dos cursos de água a serem transpostos pela adutora de água bruta.
- Reanálise das alternativas locais da adutora de água bruta e ETA considerando o zoneamento previsto no Plano de manejo da APA Itupararanga.
- Estudos dos cenários atuais e futuros da demanda de água na bacia do Rio Sorocaba, e monitoramento da demanda vinculada a revisão da outorga e licenciamento.

CBH-SMT COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

- Revisão do *Programa de Apoio aos Municípios* estendendo os benefícios aos municípios de Ibiuna, Vargem Grande Paulista e Cotia.
- Revisão do *Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água* para incluir os Rios Sorocamirim e Sorocabuçu.
- Revisão do *Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) na Operação* para incluir o risco de rompimento das adutoras.
- Discussão do projeto executivo da adutora de água bruta com o CBH-SMT, CG da APA e municípios afetados para reduzir as áreas de intervenção na APP e transposição de cursos de água.
- Monitoramento dos cursos de água e áreas de APP afetadas com o acompanhamento do CBH-SMT, CG da APA e municípios afetados.
- Compromisso de utilização de areia de mineradoras de fora da bacia do Alto Sorocaba.
- Não instalação de "bota fora" na Bacia do Alto Sorocaba.
- Elaboração de um programa de incentivo de recomposição vegetal através de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).
- Elaboração de um programa de incentivo a utilização de técnicas mais sustentáveis de produção (agro ecologia) como, por exemplo, sistemas agro-florestais.
- Estudo de alternativas locais da ETA
- Definição da área de deposição final do lodo da ETA e esclarecimento sobre o processo de tratamento da água de lavagem dos filtros.
- Compromisso da empresa de no mínimo 90% de coleta e 88% de tratamento para os municípios de Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Santana do Parnaíba, antes do início de operação do sistema, vinculado a liberação da licença pela CETESB.



CBH-SMT COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

- Compromisso de 90% de coleta nas áreas urbanas consolidadas e 100% de tratamento, de preferência ao nível terciário até 2014 nos municípios de Ibiúna, Vargem Grande Paulista e Distrito de Caucaia do Alto no município de Cotia.

Referências Bibliográficas

BERNARDI, I. **A Implantação da APA de Itupararanga e seus reflexos nas políticas públicas e na conservação dos recursos naturais**. PPGDBC UFSCar, Campus Sorocaba. 2011. 100p.

CBH-SMT (Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê). **Plano de Bacia da UGRHI10**. CBHSMT, IPT. 2006.

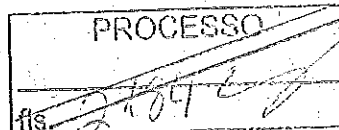
CETESB. **Relatório de qualidade das águas interiores do Estado de São Paulo 2010**. SMA, CETESB. 2011.

SABESP. **A SABESP**. Disponível em [<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=3>]. Acesso 05 de novembro de 2011.

SNIS. **Diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2009**. Disponível em [<http://www.snis.gov.br/>]. Acesso 06 de novembro de 2011.

PROCESSO





COMITÉ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

ASSUNTO: Parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do CBH-AT sobre Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA para Licenciamento Ambiental Prévio do Sistema Produtor São Lourenço, sob responsabilidade da SABESP. (Processo IMPACTO 21/2011).

Considerando

- a) Consulta efetuada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB ao CBH-AT, por meio do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, sobre o Estudo de Impacto Ambiental – EIA, e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do Licenciamento Ambiental Prévio do Sistema Produtor São Lourenço, sob responsabilidade da SABESP. (Processo IMPACTO 21/2010).
- b) Solicitação da Secretaria Executiva do CBH-AT encaminhada à Câmara Técnica de Planejamento e Gestão – CTPG-AT para manifestar-se com relação à matéria em atendimento à Resolução SMA 54, de 30.07.2008 e à Deliberação CRH 87, de 28.10.2008.
- c) Reunião realizada pela CTPG-AT em 04 de agosto de 2011 às 09 horas à Rua Boa Vista, nº 84 - 6º andar - Centro-SP, com a presença da SABESP.

RECOMENDA-SE que fica indicado como vinculado à análise do empreendimento "Sistema Produtor São Lourenço", sob responsabilidade da SABESP, as seguintes complementações ao estudo apresentado:

- Inserir quadro de identificação e quantificação das áreas de APP (reservatórios, cursos d' água com largura inferior ou igual a 10 m, cursos d' água com largura superior a 10 m, várzeas, topo de morro, nascentes e declividade) que serão afetadas pelo projeto (tanto pela captação, adução, tratamento e distribuição de água quanto pela linha de transmissão de energia elétrica) para efeito de compensação ou recuperação de área e do cálculo da compensação financeira;
- Apresentar solução para o esgotamento sanitário (coleta, tratamento e disposição final) do município de Juquitiba.
- Apresentar áreas de bota fora, verificando a possibilidade de implantá-los fora das áreas de proteção aos mananciais legalmente estabelecidas (Leis Estaduais 898/75 e 1172/76).
- Apresentar Plano de Esgoto que supra o aumento esperado com a nova captação;
- Apresentar as medidas mitigadoras pelas interferências em APPs, em especial quanto à função de amortecimento e controle de cheias, ex. APA da Várzea do Tietê;
- Rever o cálculo da tabela de compensação, pois o Mapa do Projeto Biota da FAPESP, foi interpretado erroneamente na área próxima ao Parque da Serra do Mar, que possui a cor branca pela ausência de estudos, tal fator trará implicação no valor da compensação;
- Ao rever o valor da Biota, indicar a função dos remanescentes florestais das cabeceiras do São Lourenço e Juquiá, quanto à manutenção da qualidade de água, naquele setor e sua função de proteção do Morro Grande;
- Inserir o valor das adutoras e da linha de transmissão no cálculo de compensação;
- Dar preferência a fontes de energia que não sejam por linha de transmissão elétrica, por causarem enormes danos ambientais. Adotar novas tecnologias, como as alimentadas por gás. Por exemplo, a REDUQUE, refinaria da PETROBRAS, trabalha com energia a gás, mais econômica.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

PROCESSO
115. 22321

São Paulo, 10 de outubro de 2011.

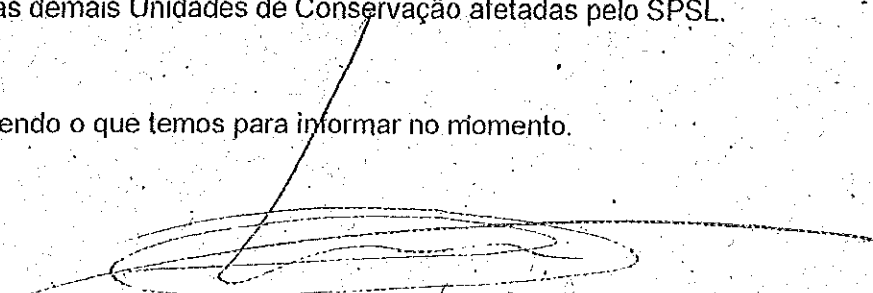
Área de Proteção Ambiental Serra do Mar
INFORMAÇÃO TÉCNICA APASM 009/2011

Ref.: Ofício nº 0491/2011/PG
Processo nº 021/2010 – Licenciamento Ambiental Prévio para as obras de
implantação do Sistema Produtor São Lourenço.

A presente informação foi elaborada para o atendimento de solicitação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, devido ao objeto do ofício em questão ser o pedido de análise e manifestação sobre o Estudo de Impacto Ambiental para implantação do sistema produtor de água para abastecimento público, denominado *Sistema Produtor de Água São Lourenço - SPSL*, sob responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, devido a área proposta para implantação do SPSL estar possivelmente localizada na Área de Proteção Ambiental Serra do Mar.

Informamos que após análise dos dois CDs com a cópia digital do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do seu Volume IV impresso, bem como do Programa de Compensação Ambiental, identificamos que o referido empreendimento não interfere diretamente no território da APA Serra do Mar. Contudo, reforçamos a necessidade de manifestação das demais Unidades de Conservação afetadas pelo SPSL.

Sendo o que temos para informar no momento.


LEANDRO DE OLIVEIRA CAETANO
Gestor da APA Serra do Mar
FUNDAÇÃO FLORESTAL – FF
REG.: 0862



FUNDAÇÃO FLORESTAL

PROCESSO

Fls. 02235

06
2008 / II
R. 11

APAA

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Várzea do Tietê

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO GESTOR CONSULTIVO Nº 04/11 APA Várzea do Rio Tietê – Biênio 2010/2012

1- INTRODUÇÃO

O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê, reuniu-se em sua 6ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 06 de Outubro de 2011, para deliberar acerca do Parecer do GT Empreendimento/Licenciamento Nº 04/2011, referente ao empreendimento Sistema Produtor São Lourenço, sob responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Processo CETESB nº 021/2010).

2- CONSIDERAÇÕES e RECOMENDAÇÕES

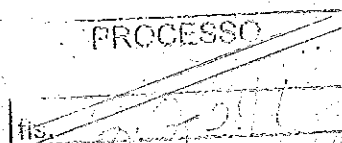
Considerando a legislação ambiental vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal;

Considerando o Art. 7º da Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que define o objetivo das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) como o de *"compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos Recursos Naturais"*;

Considerando a legislação vigente, inclusive a Política Estadual de Recursos Hídricos, que determina as atribuições e competências do DAEE para a gestão dos recursos hídricos do Estado de São Paulo;



FUNDAÇÃO FLORESTAL



Hls. W. 07
Proc. n° 2208 / II
Rúbrica

APA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Várzea do Tietê

Considerando que a APA Várzea do Rio Tietê, criada pela Lei Estadual nº 5.598/1987, tem como objetivo a proteção das várzeas e planícies aluvionares do Rio Tietê;

Considerando o Decreto Estadual nº 42.837/1998, artigo 26, que define que

Zona de Uso Controlado – ZUC, "compreende os territórios integrantes da área de proteção ambiental, sendo admissível a realização de novas obras, empreendimentos e atividades, como também a ampliação daquelas já existentes, desde que obedecida a legislação vigente, salvo algumas exceções;

Considerando o Decreto Estadual nº 42.837/1998, artigo 32, que determina que

os órgãos estaduais, mantidas as suas competências, devem atuar de forma articulada na definição dos seus programas, planos, projetos e ações, de modo a garantirem a consecução dos objetivos da área de proteção ambiental;

Considerando o Decreto Estadual nº 42.837/1998, artigo 18, que define que A Zona de Vida Silvestre, onde quer que se localize, compreende as florestas e as demais formas de vegetação natural referidas no artigo 2º 4.771/65 e os remanescentes de vegetação nativa, primária e ou secundária, no estágio médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica.

Considerando o Decreto Estadual nº 48.149/2003, artigo 4º, inciso IV, onde define que o Conselho Gestor tem como uma das atribuições

promover a articulação dos órgãos públicos, organização não governamentais, população residente e iniciativa privada, para a



FUNDAÇÃO FLORESTAL



08
2208/11
RECEBIDO

APA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Várzea do Tietê

concretização dos planos, programas e ações de proteção, recuperação e melhoria dos recursos ambientais na APA;

Considerando que a maior parte do empreendimento está sendo implantado em áreas urbanas consolidadas, especificamente nos trechos da ETE Barueri e sob vias públicas, incluindo trechos do Parque Ecológico do Tietê – Trecho Oeste.

O Conselho Gestor, no âmbito de suas atribuições legais, com base no Parecer do Grupo de Trabalho – Empreendimento/Licenciamento Nº 04/2011, delibera favoravelmente à Implantação do empreendimento Sistema Produtor São Lourenço, desde que atendidas às seguintes recomendações:

1. Deverão ser observado o disposto nos artigos 18, 19 e 20 do Decreto Estadual nº 42.837/1998 no que se refere às intervenções nas APPs do rio Tietê e rio Cotia, dentro dos limites da APA, com destaca a compensação ambiental.
2. Recomenda-se especial atenção às praticas de conservação de solo (prevenção de processos erosivos que impactem as funções ambientais das várzeas dos corpos d'água.)
3. O Conselho Gestor deverá acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Proposta, mediante relatórios sintéticos de conclusão de cada etapa do licenciamento (LP, LI e LO), a ser elaborados pelo empreendedor, de acordo com o Cronograma de Ações propostos no EIA/RIMA, sem prejuízo de solicitações adicionais do Conselho Gestor ao longo de todo o processo;



FUNDAÇÃO FLORESTAL

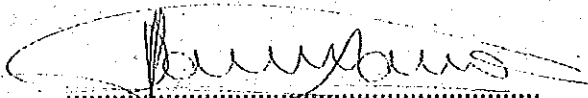


REQU. 08 B
ANEXO 2208/11
R

APA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Várzea do Tietê

4. Inserção educativa das temáticas referentes à Unidade de Conservação de Uso Sustentável, especificamente da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê, centro dos Programas Ambientais Propostos no EIA/RIMA.
5. Ratificar as recomendações dispostas no Parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do CBH-AT, no que cabe a APA Várzea do Rio Tietê, acerca do EIA em questão.

São Paulo, 07 de Outubro de 2011.


Arqª FERNANDA LEMES DE SANTANA
Presidente do Conselho Gestor

CONSELHO GESTOR DA APA DA VÁRZEA DO RIO TIETÊ
6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
06.10.2011



ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Várzea do Rio Tietê
Proc. nº 208/11
Rubrica

LISTA DE PRESENÇA DO GOVERNO DO ESTADO

Instituição	Representante	Contato	E-mail	Visto
1 Fundação Florestal	Titular: Fernanda Lemos	2997-5006	fernandalemos@fflorestal.sp.gov.br	
	Suplente: Sandra Eliza Deu	2997-5080	sandra.beu@fflorestal.sp.gov.br	
2 CETESB	Titular: Renata Ramos Mendonça	3133-3327	renatam@cetesbnet.sp.gov.br	
	Heraldo Haruki Urano	4725-7490	heraldoh@cetesbnet.sp.gov.br	
	Suplente: Carolina B. Toffoli	3133-3591	carolinab@ambiente.sp.gov.br carolaorn@ig.com.br	
3 Polícia Ambiental	Titular: Julio César A. da Silva	4799-6427	juliocearas@policiamilitar.sp.gov.br	
	Suplente: Ligia M. Barbosa	3133-3792	ligiamb@ambiente.sp.gov.br	
4 Sec. da Habitação - CDHU	Titular: Valentina Denizo	2505-2195 / 2497 9837-4557	vdenizo@cdhu.sp.gov.br	
	Suplente: Maria Cristina Baccini	3248-2835	mbaccini@cdhu.sp.gov.br	
5 EMPLASA	Titular: Francisca Luiza G. Cardieri	3293-5348	fcardieri@sp.gov.br	
	Suplente: Cláudia Helena Leite	3293-5376	chleite@sp.gov.br	
6 Sec. de San. e Energia	Titular: Rui Brasil Assis	3218-5577	ruibrasil@sp.gov.br	
	Suplente: Genivaldo M. de Aguiar	3293-8535	gaquiar@sp.gov.br	

CONSELHO GESTOR DA APA DA VÁRZEA DO RIO TIETÊ
6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
06.10.2011


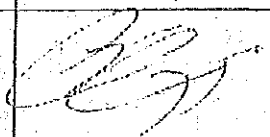
A. P. A. D. 10
115-2387
11

LISTA DE PRESENÇA - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Instituição	Representante	Contato	E-mail	Visto
1	CEPROA Titular: Claudino Alves Ribeiro	3681-8142	ceproa@terra.com.br	
	Suplente: Roberto Rocha de Sales	9856-7747	robertorocha25@uol.com.br	
2	EACH / USP Titular: Neli A. de Mello Thery	3091-8133 3091-1029 8659-5380	namello@usp.br	
	Suplente: Andrea Cavichio	3091-1058	andrecav@usp.br	
3	SRMC Titular: Ariane T. da S. Lima	4724-8233 9957-8651	ariane_lima@hotmail.com	
	Suplente: Renato Augusto Abdo	4724-8233	renato.abdo@ig.com.br	
4	Instituto Alana Titular: Oswaldo Ribeiro Santos	7220-1136	oswaldnacaleo@bol.com.br	
	Suplente: Heidy Luize Martins	2585-7646	heidy@alana.org.br	
5	AEAAS Titular: Ancerson Crepaldi	4745-2251	andcrepaldi@ig.com.br	
	APCMA Suplente: José A. Arraes	2092-7922	josarraes@ig.com.br	
6	AVEPEMA Titular: Eduardo Milani	2605-4155 9988-1486	eduardomilani@avepema.org.br eduardomilani@terra.com.br	
	CDPEMA Suplente: Miron R. da Cunha	9315-4002	mironrc@gmail.com	
7	ABES Titular: Niva do R. C. Junior	2681-3725	njunior@sabesp.com.br	
	Suplente: Ivana W. P. Vidal	4741-4501	iwpereira@sabesp.com.br	

CONSELHO GESTOR DA APA DA VÁRZEA DO RIO TIETÊ
6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
06.10.2011

PROCD 2208/11
Reunião

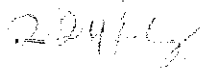
8	FIESP	Titular: Milton Sobrosa Cordeiro	4798-7506	milton.sobrosa@petrom.com.br	
		Suplente: Antonio Edson Zadra	4798-7504 4727-4137	zadraz@uol.com.br	
9	ACALeO	Titular: Marcia de F. P. A. de Carvalho	8751-3298	marciaacaleo@bol.com.br	
	AE&C	Suplente: Antonio Victor Gomes Costa	3159-3660	secretaria@aecidadania.org.br	
10	ICATI	Titular: Dayana DA Silva Bueno	2092-7922	icatimogi@yahoo.com.br	
	ASDAMAS	Suplente: Thiago Buono Rizzo	4726-5781	thiago@ddma.com.br	
11	CIESP LESTE	Titular: Norton R. de Freitas Junior	2601-6565	gerencia@ciespleste.org.br nortonacmw@hotmail.com	
	CIESP Guarulhos	Suplente: Paulo Peixoto	2440-9622 8301-8073	paulo.peixoto54@terra.com.br	
12	FEQUIMFAR	Titular: Antonio Silvan Oliveira	2408-8106 8457-2012	silvan@sindiquimicos.org.br	
		Suplente: Angelo Guglielmi	3819-1525 9904-5456	angelo@consulterra.com.br	

CONSELHO GESTOR DA APA DA VÁRZEA DO RIO TIETÊ
6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
06.10.2011

FIS. Nº 12
PROC. Nº 2208 / 11
Rubrica

LISTA DE PRESENÇA – REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Prefeitura	Representante	Contato	E-mail	Visto
1	Osasco Titular: Simony Fagundes	3684-0749 3652-9511 7226-5449	simonyfagundes@gmail.com	(S)
	Carapicuíba Suplente: Olympia de Navasques	4164-5500 4164-5413 4164-5418	meioambiente@carapicuiiba.sp.gov.br	(P)
2	Barueri Titular: Aparecido Pires de Castro	4199-1500 7027-3821	sema.dea@barueri.sp.gov.br	
	Santana do Parnaíba Suplente: Eliane Ap. Estevan de Oliveira	4622-7517 7409-5044	elianeestavam@yahoo.com.br	(E)
3	Mogi das Cruzes Titular: Marcelo Luiz M. de S. Melo	4798-5130	marcelomanha@yahoo.com	
	Biritiba – Mirim Suplente: Frida Bichler Mastrange	4692-3939 4692-1311 4692-1211 4692-1402	fridabmaa@hotmail.com	
4	São Paulo Titular: Débora C. S. Lioy	2076-1059	deboradiogo@prefeitura.sp.gov.br	
	Salesópolis Suplente: Leticia de Fátima Moraes	4696-1718 7131-3476	leticia_av@yahoo.com.br	
5	Guarulhos Titular: Solange Alves D. dos Santos	2475-9867 2475-9854	langeduarte@uol.com.br	(S)
	Suzano Suplente: Maria Henriqueta			
6	Itaquaquecetuba Titular: Adriana Lopes Câmara	4647-1210	Adriana.camara2009@yahoo.com.br	
	Poá Suplente: Francisco Caitano Filho Wellington Alves Teixeira	4636-1000	meioambiente@poa.sp.gov.br	



A PAZ
ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Verzua do Tietê

CONSELHO GESTOR DA APA DA VARZEA DO RIO TIETÊ
6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
06.10.2011

FILED IN 2208
 PROC. IN 2208
 11/11/11
 11/11/11

LISTA DE PRESENÇA - CONVIDADOS

[illegible]



FUNDAÇÃO FLORESTAL



EXPEDIENTE: Processo CETESB nº021/2010

INTERESSADO: Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo- Sabesp

ASSUNTO: Análise e manifestação do Conselho Gestor da APA Itupararanga sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do empreendimento "Sistema Produtor São Lourenço".

MUNICÍPIOS: Ibiúna, Cotia e Vargem Grande Paulista

DELIBERAÇÃO CONSELHO GESTOR APA ITUPARARANGA

001/2011

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E JUSTIFICATIVAS PARA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se de solicitação de análise do Estudo de Impacto Ambiental para implantação do sistema produtor de água para abastecimento público, denominado como "Sistema Produtor de Água São Lourenço".

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA), junto à seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Sistema Produtor São Lourenço (SPSL), de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp foi encaminhado à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb, que solicitou à Fundação Florestal a análise e manifestação do empreendimento através do Ofício Cetesb nº0491/2011.

Segundo dados do EIA- RIMA, o projeto do Sistema Produtor São Lourenço - SPSL constitui uma evolução do antigo Projeto Juquitiba, proposto pela Sabesp em 1996/97. Esse projeto previa a captação a fio d'água no rio Juquiá (no município de Juquitiba, logo após a foz do rio São Lourenço) da vazão de 4,7m³/s, autorizada legalmente, e sua reversão mediante estação elevatória, adutora e túnel para a bacia



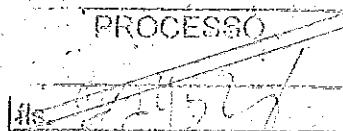
FUNDAÇÃO FLORESTAL

16
Pis. nº 1208/11
Proc. nº 117/1
PROCESSO
fis. 2004/1

do Guarapiranga. A vazão revertida seria descarregada nas cabecelas do ribeirão Santa Rita, seguindo pelo leito desse rio até o reservatório Guarapiranga, em cuja margem esquerda haveria uma segunda captação para alimentação de nova ETA, denominada ETA Alvorada.

O SPSL compõe-se de um conjunto de instalações lineares com 48,22 km de adutora de água bruta (com 2100 mm de diâmetro), 30,75 km de adutora de água tratada (em 2100, 1800, 1500 e 1200 mm de diâmetro), 14,3 km de 4 sub-adutoras (em 800 e 400 mm), cerca de 40,36 km de linha de transmissão em 138 kV, e mais instalações localizadas – tomada de água, estações elevatórias, chaminés de equilíbrio, Estação de Tratamento de Água (ETA) e reservatórios – situadas no território de 10 municípios da RMSP e mais Ibiúna. O EIA-RIMA ainda cita que o SPSL permitirá atender o crescimento previsto das demandas do Sistema Integrado Metropolitano até por volta de 2020, já considerando a economia de água decorrente do amplo Programa de Redução de Perdas e Eficiência Energética em execução pela Sabesp e será responsável pelo suprimento de água de 13 setores de abastecimento em 7 municípios da zona oeste da RMSP, que hoje são abastecidos pelos Sistemas Produtores Alto Cotia, Baixo Cotia, Guarapiranga e Cantareira. Esses 13 setores têm uma população estimada de 1,43 milhão de habitantes em 2015 e 1,7 milhão de habitantes em 2025.

Ainda segundo o EIA-RIMA, o SPSL deverá beneficiar diversos outros municípios que serão melhor abastecidos pelos atuais sistemas produtores. Por exemplo, a água liberada do Cantareira permitirá atender melhor municípios do extremo norte da RMSP, como Franco da Rocha e Francisco Morato, e a água liberada do Alto Cotia permitirá reforçar o abastecimento dos municípios de Itapeverica da Serra e Embu Guaçu. O SPSL terá intervenções nos seguintes 11 municípios: Barueri; Carapicuíba; Cotia; Embu Guaçu; Ibiúna; Itapevi; Jandira; Juquitiba; Santana de Parnaíba; São Lourenço da Serra; Vargem Grande Paulista.



Fls. 11^a
Proc. nº 2208/11



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Segundo as informações resumidas apresentadas no "Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)", o Projeto do SPSL compõe-se de:

- Captação na margem direita do reservatório Cachoeira do França, no braço do rib. Laranjeiras no reservatório, cerca de 1 km a montante da foz do ribeirão Laranjeiras, no sítio denominado Fazenda Editora 3, município de Ibiúna. As instalações da captação, estação elevatória e subestação ocupam área de cerca de 2,0 ha.
- Tomada de água em canal, mediante estrutura de concreto que avança cerca de 30m dentro do reservatório a partir da margem na cota 640,00. Construção de barragem provisória, tipo ensecadeira, em volta da tomada de água, para permitir a execução das estruturas a seco, sem interferência com a operação do reservatório e das UHEs da CBA.
- Estação Elevatória de Água Bruta (EEAB), localizada na área da captação, que bombeia para uma chaminé de equilíbrio situada no ponto alto do traçado, na Serra de Paranapiacaba. A EEAB foi concebida com 5 bombas (4+1R) de eixo horizontal, de alta pressão, do tipo carcaça bipartida, dupla sucção, posicionadas em linha, cada uma delas com capacidade nominal de 1,50 m³/s, altura manométrica total (AMT) de 360 mca e potência unitária dos motores de 10.000 CV. Q_{total} = 6,0 m³/s.
- Subestação de energia para suprimento de energia elétrica à captação e EEAB, na área da captação, com 2 transformadores de 138/13,2 kV, ambos com potência nominal de 35 MVA. A subestação será alimentada por Linha de Transmissão (LT) em 138 kV com 40,36 km de extensão, que sai da subestação Embu Guaçu da ISA/CTEEP. A LT passa pelos municípios de Embu Guaçu, São Lourenço da Serra, Juquitiba e Ibiúna.
- Adutora de água bruta, trecho por recalque entre a EEAB e a chaminé de equilíbrio de água bruta, em aço soldado de alta resistência, enterrada, com Ø 2100mm e 21,67 km de extensão. Nos primeiros 7 km, a adutora segue rumo



FUNDACÃO FLORESTAL

norte predominantemente por estradas de serviço dentro de fazendas, e depois pelas estradas da Eva, dos Farias, da Sama, Sebastião Xavier, Juquitiba-Ibiúna e Verava, atravessando territórios de Ibiúna, Juquitiba e novamente Ibiúna.

- Chaminé de Equilíbrio de Água Bruta (CEQ-AB), situada no ponto alto, em terreno de 1.500 m² junto à estrada Verava, em Ibiúna, que visa proteger a linha contra as pressões transientes numa eventual parada não-programada do sistema. Consistirá em estrutura de concreto retangular, com 20,00 m x 36,00 m, laje de fundo na cota 962,00 e 10,50 m de altura, sem cobertura, com altura útil de 8,00 m e volume de 5.700 m³.
- Acesso viário: O acesso viário às obras da captação, EEAB, adutora de água bruta por recalque e CEQ-AB será pela estrada das Laranjeiras, a partir da rodovia Régis Bittencourt, na divisa de São Lourenço da Serra e Juquitiba, seguindo pelas estradas Manoel Maia e da Sama, e depois pelas estradas onde a adutora será assentada.
- Adutora de água bruta, trecho por gravidade entre a CEQ-AB e a ETA, em aço soldado, enterrada, com Ø 2100mm e 26,55 km de extensão. A adutora segue rumo norte por estradas vicinais do município de Ibiúna (estr. Verava, rua Firmino Antonio Domingues, av. Nossa Senhora do Carmo, estradas da Campininha e Santana) Entra no município de Cotia, e segue por estradas vicinais (Santana, Nhanduca, Águas Espraiadas, dos Pereiras e rua Avelino Godinho), alcançando a área da ETA São Lourenço.
- Reservatório de Compensação de Água Bruta (RCAB), na área da ETA. O RCAB será construído em concreto armado, com 4 câmaras em formato retangular de 31,0 m x 65,0 m x 12,50 m de altura cada, com volume útil da ordem de 87.500 m³. O RCAB permitirá suprir uma vazão média constante de 4,7 m³/s para tratamento na ETA, regularizando a parada do bombeamento na EEAB por um período em torno de 4 horas diárias. Uma estrutura de medição e controle de vazão e pressão na entrada do RCAB permitirá o ajuste de vazão em função do



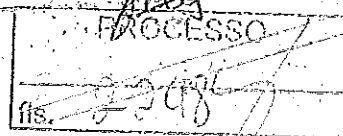
FUNDAÇÃO FLORESTAL

19
FIS. Nº 2208
PROC. Nº 11
PROCESSO
fls. 2204

- regime operacional do sistema de adução de água bruta e a proteção da adutora com relação à ocorrência de pressões transitórias.
- ETA São Lourenço, situada ao norte da estrada dos Pereiras no município de Cotia, distrito de Caucaia do Alto, em terreno de cerca de 28,23 ha. A ETA constitui uma unidade de tratamento convencional de ciclo completo, com capacidade para tratar 6,0 m³/s (vazão máxima diária). A ETA terá unidades de recuperação de águas de lavagem dos filtros e de tratamento de lodos, incluindo área de secagem natural do lodo.
 - Estação Elevatória de Água Tratada (EEAT), na área da ETA, com 5 (4+1R) bombas de eixo horizontal bipartidas, com capacidade nominal de 1,50 m³/s, AMT de 40 mca e potência unitária dos motores de 1000 CV. Q_{total} = 6,00 m³/s.
 - Subestação de energia que atenderá a EEAT e a ETA, com dois transformadores de 88-138/13,2 kV, ambos com potência nominal de 6 MVA. Será alimentada mediante extensão da malha de transmissão da AES ELETROPAULO na região de Caucaia do Alto.
 - Adutora de água tratada (trecho I.1 por recalque), em aço soldado, com Ø 2100 mm e 3,13 km de extensão, nos municípios de Cotia e Vargem Grande Paulista, desde a ETA até a chaminé de equilíbrio de água tratada.
 - Chaminé de Equilíbrio de Água Tratada (CEQ-AT), a ser implantada em terreno de cerca de 5.700 m², junto à estrada de Caucaia, no município de Vargem Grande Paulista. A CEQ-AT consistirá em estrutura de concreto armado, cilíndrica, com 24,00 m de diâmetro, 16,30 m de altura total e volume total de 5.100 m³, semi-enterrada, com NA. máx e mín operacional nas cotas 942,00 e 934,00.
 - Adutora de água tratada (trecho I.2 por gravidade), em aço soldado, com Ø 2100 mm e 2,20 km de extensão, desde a chaminé de equilíbrio até a interligação com as adutoras do Sistema Alto Cotia, no bairro Tijuco Preto em Cotia.
 - Adutora de água tratada (trechos II.1 e II.2, por gravidade), desde Tijuco Preto até o Reservatório Granja Carolina. Adutora em aço soldado, com Ø 1800 mm e 8,07



FUNDAÇÃO FLORESTAL



- km de extensão, nos municípios de Cotia e Itapevi. Este trecho inclui a travessia da adutora sob a rodovia Raposo Tavares por método não-destrutivo e assentamento da adutora em túnel de 1,0 km sob maciço elevado, com 3,80 m de diâmetro.
- Reservatório de Compensação de Água Tratada (RCAT) Granja Carolina, em área de 11.700 m², no futuro Condomínio Granja Carolina – Reserva Cotia, município de Itapevi. Consistirá em estrutura de concreto armado, com 3 câmaras retangulares de 10.000 m³ cada, com 43,50m x 23,00m x 12,00m de altura total cada uma, e volume total de 30.000 m³, com NA máx e mín operacional nas cotas 926,00 e 914,00. Uma estrutura de controle de vazão e pressão na entrada do RCAT permitirá regular a vazão afluyente ao RCAT e o nível piezométrico no reservatório, e proteger a adutora com relação à ocorrência de pressões transitórias.
 - Adutora de água tratada (trechos II.3, II.4 e II.5, por gravidade), entre o RCAT Granja Carolina e a derivação para interligação com a adutora do Baixo Cotia. Adutora em aço soldado, enterrada, com Ø 1800 mm e 12,34 km de extensão, atravessa os municípios de Itapevi, Cotia, Jandira e Barueri. Trecho de 376 m sob a rua Silverstone, em Itapevi e Jandira, será construído em túnel de 3,60 m de diâmetro, para evitar desapropriações.
 - Adutora de água tratada (trecho III, por gravidade), entre a derivação anterior e a derivação da subadutora Gênesis, em aço soldado, enterrada, com Ø 1500 mm e 2,71 km de extensão, no município de Barueri.
 - Adutora de água tratada (trecho IV, por gravidade) entre a derivação anterior e a interligação com a adutora existente Carapicuíba-Tamboré, em aço soldado, enterrada, com Ø 1200 mm e 2,31 km de extensão, nos municípios de Barueri e Carapicuíba. Uma estrutura de dissipação de energia será implantada no trecho IV para rebaixamento do nível piezométrico, antes da interligação com a adutora existente do SIM.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

PROCESSO

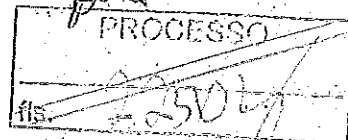
fls. 2192

A interligação do SPSL com a malha do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) ocorrerá nas seguintes derivações ao longo do caminho da adutora de água tratada, as quais atenderão setores que hoje apresentam deficiências de abastecimento:

- Derivações para os reservatórios Caucaia do Alto (cota 973,77) e Vargem Grande Paulista (cota 942,50). Atendimento mediante implantação de duas novas estações elevatórias de pequeno porte na área da Chaminé de Equilíbrio de água tratada, com sucção na CEQ-AT e adução por meio das subadutoras existentes que atualmente abastecem esses reservatórios a partir da ETA Morro Grande (Sistema Alto Cotia).
- Derivação para o reservatório Cotia Atalaia (Cotia, cota 934,80). Atendimento mediante implantação de subadutora com 800 mm de diâmetro, em aço, com 2,31 km de extensão e booster intermediário. A subadutora deriva da alça principal na saída do referido túnel no trecho II e atravessa a rodovia Raposo Tavares e alça de acesso por método não-destrutivo. Esta subadutora foi dimensionada para atender também, futuramente, o reservatório Cotia Centro.
- Derivação para o reservatório Jandira Mirante (Jandira, cota 883,00). Atendimento por gravidade mediante implantação de subadutora com 400 mm de diâmetro em FoFo e 0,86 km de extensão. O sistema atual de abastecimento, com bombeamento a partir do reservatório Jandira será desativado.
- Derivação para o reservatório Jd. Tupã (Barueri, cota 808,27). Atendimento por gravidade mediante implantação de subadutora com 800 mm de diâmetro, em aço, e 1,0 km de extensão. O sistema atual de abastecimento a partir do Booster Baixo Cotia será desativado.
- Derivação para os reservatórios Itapevi (cota 795,63), Jandira (cota 791,50) e Barueri Centro (cota 787,46). Será realizada uma interligação da adutora existente, que hoje abastece estes reservatórios a partir da ETA Baixo Cotia, com uma derivação da alça principal da adutora de água tratada do SPSL.



FUNDAÇÃO FLORESTAL



Uma estrutura de controle para redução de pressão será implantada na derivação, a montante da interligação.

- Derivação para o reservatório planejado Gênesis (município de Santana de Parnaíba, cota 853,00). Atendimento por gravidade mediante implantação de subadutora com 800 mm de diâmetro, em aço, e 10,19 km de extensão. Implantação do reservatório Gênesis, em estrutura de concreto armado, cilíndrica, com diâmetro de 40,00 m, altura total de 9,50 m e volume útil de 10.000 m³.
- Interligação com a subadutora existente Carapicuíba-Tamboré, de Ø 1.200mm do SIM. Esta interligação, no final da adutora de água tratada do SPSL permitirá atender, mediante o sistema adutor existente, o reservatório Barueri Tamboré (cota 789,70) e também os reservatórios Carapicuíba Centro (cota 810,12), Carapicuíba COHAB (cota 788,64) e Carapicuíba Vila Dirce (cota 842,70), que hoje são abastecidos a partir do Sistema Cantareira, via Booster Jaguarã.

Segundo os dados do EIA/RIMA, o atual Sistema Integrado Metropolitano conta com 8 Sistemas Produtores, os quais se ligam aos centros de consumo através de um complexo de 8 ETAs, 1.270 km de adutoras, 137 centros de reservação, 52 torres, 98 estações elevatórias, 24 boosters e cerca de 26.000 km de redes de distribuição, projetado de forma a abranger a área metropolitana conurbada e interligar os principais Sistemas Produtores da Sabesp na região. A cada Sistema Produtor corresponde uma determinada área de influência que é proporcional à sua produção e geograficamente próxima à respectiva ETA.

Atualmente, o déficit de suprimento de abastecimento de água está concentrado principalmente nos municípios da zona oeste da RMSP, onde a produção dos sistemas Alto e Baixo Cotia é insuficiente e requer transferências dos sistemas Cantareira e Guarapiranga, os quais deixam de atender satisfatoriamente setores das suas próprias áreas de influência. Após aproveitar quase integralmente os mananciais utilizáveis para abastecimento da própria bacia do Alto Tietê, otimizar a



FUNDAÇÃO FLORESTAL

23
Fis. nº 2202/11
PROC. nº 11
PROCESSO
Fis. 22514

operação integrada dos reservatórios, interligar os sistemas através do Sistema Integrado Metropolitano (SIM), e empreender um vultoso programa de redução de perdas, que dará ao Sistema Integrado um padrão de boa eficiência no uso da água, a Sabesp propõe o desenvolvimento do Sistema Produtor São Lourenço, a partir da reversão de águas da bacia do Alto Juquiá.

2. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ITUPARARANGA

A APA de Itupararanga foi criada pela Lei Estadual nº 10.100 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Estadual nº 11.579 de dezembro de 2003 e possui como atributo natural a ser protegido, a bacia de drenagem do reservatório de Itupararanga. Os municípios que compreendem o território de abrangência da APA Itupararanga são: Alumínio, Cotia, Ibiúna, São Roque, Mairinque, Votorantim, Piedade e Vargem Grande Paulista. O Plano de Manejo da APA Itupararanga foi aprovado na 273ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA, realizada em 21 de julho de 2010 (Deliberação CONSEMA 16/2010- Anexo).

Segundo o disposto no Plano de Manejo da APA, o empreendimento compreende todas as Zonas de Uso estabelecidas no Plano de Manejo da APA Itupararanga (Figura 01), sendo elas:

- (1) Zona de Conservação da Biodiversidade (ZCB)- criada com objetivo de conservar os núcleos de biodiversidade existente, assim como os maciços e remanescentes florestais mais significativos no território;
- (2) Zona de Conservação de Recursos Hídricos (ZCRH)- criada com objetivo de conservar os recursos hídricos e nascentes dos principais cursos hídricos existentes na APA, assim como os que drenam para a represa de Itupararanga;



- (3) Zona de Ocupação Rural (ZOR)- compreende a porção do território predominantemente rural e cria diretrizes específicas para práticas agrícolas sustentáveis;
- (4) Zona de Ocupação Diversificada (ZOD)- compreende a porção do território com presença de núcleos de expansão urbana que diferem da paisagem rural da APA e estabelece diretrizes para controle da expansão urbana desordenada;
- (5) Zona de Ocupação Consolidada (ZOC)- compreende áreas com ocupações urbanas consolidadas e cria diretrizes para recuperação de áreas degradadas, assim como incentivo às melhorias na infra-estrutura urbana e de saneamento ambiental.

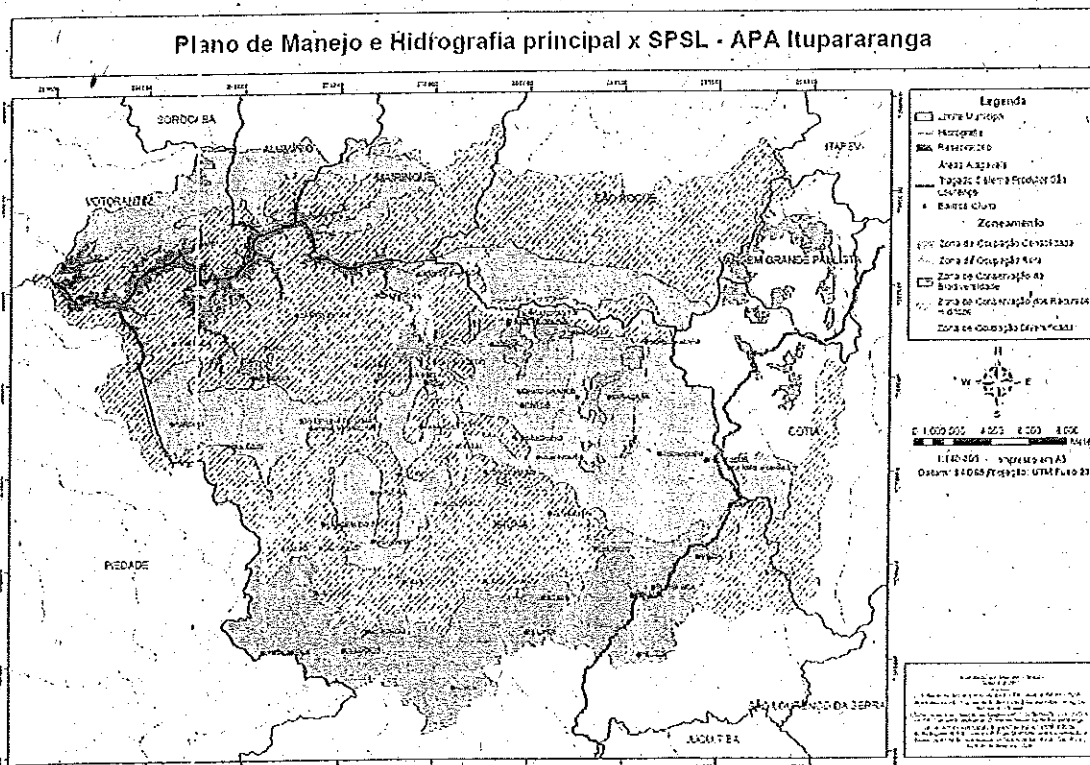


Figura 01: Plano do Manejo da APA Itupararanga e delimitação do SPSL

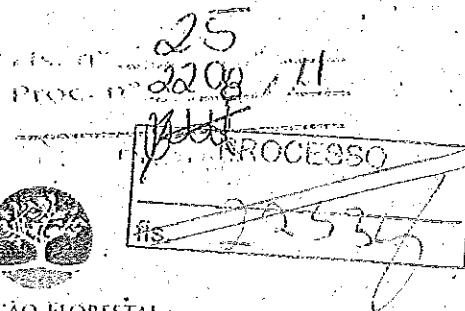


PROCESSO

fis. 2253



FUNDAÇÃO FLORESTAL



3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CONFORME APRESENTAÇÃO REALIZADA NA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA ITUPARARANGA

3.1. Dados apresentados pelos responsáveis pelo empreendimento ao CG da APA Itupararanga

No dia 23 de agosto de 2011, representantes da Sabesp e das empresas responsáveis pela elaboração do EIA-RIMA (ENCIBRA- Estudos e Projetos de Engenharia e PRIME Engenharia), apresentaram os dados referentes ao Estudo de Impacto Ambiental na Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Itupararanga, realizada na sede da ONG SOS Itupararanga, localizada no centro do município de Ibiúna. Esta reunião objetivou a apresentação do empreendimento para formulação de um parecer do Conselho Gestor da APA Itupararanga sobre o mesmo. Para análise do projeto proposto foram encaminhados aos Membros do Conselho Gestor da APA Itupararanga o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) previamente à data de apresentação dos estudos. A apresentação realizada pelas empresas foi iniciada com a apresentação de um vídeo informativo que ilustrou a obra como um todo, em relação ao seu traçado, municípios afetados e instalação de infra-estruturas necessárias, assim como a previsão de possíveis impactos socioambientais gerados, nos aspectos positivos e negativos. Após a apresentação do vídeo institucional foi apresentado um descritivo do sistema de adução de água tratada e da Estação de Tratamento de Água que está prevista para instalação. Foi reforçado na apresentação que as adutoras serão construídas junto às vias de acesso existentes, como estradas e acessos vicinais.

Segundo os dados apresentados os principais impactos ambientais do Sistema Hidráulico a serem gerados no seu processo construtivo são:



FUNDAÇÃO FLORESTAL

26
Lis. nº
Proc. nº 2208/11
PROCESSO
fls. 225/11

- Construção/ remoção de ensecadeira no braço do rib. Laranjeiras no reservatório de França.
- Travessia de 114 cursos de água, a maioria intermitentes ou com vazão muito pequena (110 com adutora enterrada, 4 travessias aéreas).
- Intervenção em 39 ha de APP.
- Disposição de 820 mil m³ de material excedente em bota-fora.
- Importação de 420 mil m³ de areia (para envoltória da adutora).
- Afetação de 8,1 km de bordas de maciços de vegetação.
- Supressão de 21 ha de vegetação natural significativa.
- Supressão de 7,4 ha de arborização junto a vias públicas.
- O traçado segue por Zonas de Amortecimento de UCs, margeia duas RPPNs em Ibiúna da Faz. Meandros e cruza duas áreas de proteção ambiental, as APAs Itupararanga e APA Várzea do rio Tietê.

Em relação à geração de impactos no meio socioeconômico, foram apresentados os seguintes: áreas sujeitas à desapropriação de 36 ha. Áreas sujeitas à condição de ocupação temporária da população residente, estimada em 28 ha. Estimativa de deslocamento de 26 famílias em todo projeto da obra e geração de incômodo temporário a 2360 domicílios e 394 atividades lindeiras. Em relação à população sujeita à incômodos gerados pela obra, há uma estimativa de 20 mil habitantes e 22,5 mil alunos de 21 escolas.

Também foi apresentado que para assentamento de adutora, serão realizadas intervenções em 72,5 km de vias públicas, com 165 cruzamentos de estradas vicinais e 102 cruzamentos de vias urbanas.

Em relação aos impactos positivos, os responsáveis pelo empreendimento ressaltaram que o mesmo poderá colaborar com geração de cerca de 2500 empregos diretos, em média, durante aproximadamente 3 anos (mas estes não



FUNDAÇÃO FLORESTAL

PROCESSO 27
Fis. 2208/11
Proc. 2252
PROCESSO
Fis. 2252

deverão beneficiar a população residente em Ibiúna). Além deste, foi ressaltado o benefício da geração de pagamento pelo uso da água ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Vale do Ribeira e a regularização do abastecimento público no Sistema Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que irá beneficiar diretamente 1,5 milhão hab. dos municípios da porção oeste da RMSP.

Na APA Itupararanga, foi apresentado um mapa com a delimitação do trajeto da obra, conforme apresentado a seguir (figura 02):

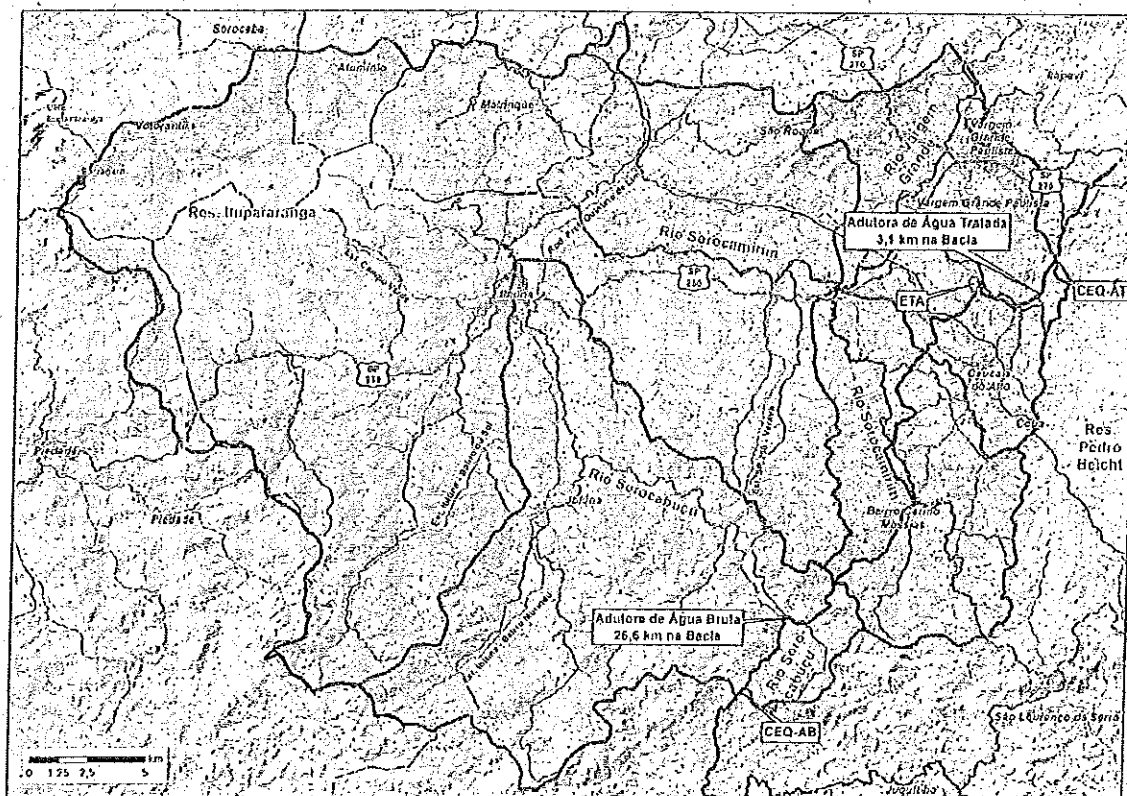
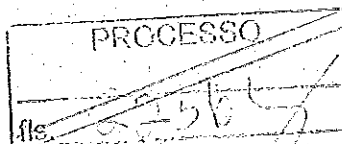


Figura 02: Delirnitiação do traçado da obra do SPSL na APA Itupararanga (delimitado em vermelho), conforme apresentação realizada pela Sabesp no dia 23/08/11.

A apresentação realizada demonstrou a previsão dos seguintes impactos passíveis de serem gerados na área de abrangência da APA Itupararanga:



Fls. 28
Proc. 2208/11
[assinatura]
[assinatura]



FUNDAÇÃO FLORESTAL

- Implantação de 29,7 km de adutora de 2100 mm, ao longo de estradas vicinais;
- Construção de uma ETA para 5 m³/s a ser implantada em Caucaia do Alto-Cotia- SP, que deverá ocupar 20 ha em terreno de 28 ha, em área caracterizada como antropizada;
- Supressão de 7,82 ha de bordas de vegetação significativa (margem de vicinais): 0,1 ha estágio médio, 6,72 ha estágio inicial, 1 ha de mata ciliar e de várzea;
- Interferências em 1,9 ha de brejo e 30,1 ha de campos (estágio pioneiro)
- 41 travessias subterrâneas de cursos d'água. Intervenção em 11,8 ha de APP;
- Segundo a apresentação a obra causará efeito mínimo, localizado, em termos de assoreamento de cursos de água. Não há risco de afetar o Res. Itupararanga nem usos da água na bacia;
- Segundo a apresentação a ETA não gerará efluentes. O tratamento e secagem de lodos serão realizados dentro da ETA;
- O traçado atravessa apenas pequenos núcleos urbanos isolados: Carmo Messias, Água Espreada, Estrada dos Pereiras. Geração de incômodos temporários durante as obras;



FUNDAÇÃO FLORESTAL

FIS. Nº 229
PROC. Nº 2203/11

PROCESSO
fil. 225/11

- Segundo a apresentação, este projeto deverá refletir em melhora sensível no abasfhecimento de água de Caucaia do Alto (80 l/s) e Vargem Grande Paulista (160 l/s).

Após a apresentação dos impactos, os responsáveis pelo empreendimento apresentaram os Programas Ambientais para mitigação de impactos ambientais previstos com a implantação da obra, sendo eles: Gestão Ambiental do Empreendimento; Controle Ambiental da Construção; Interação Institucional; Obtenção e Liberação de Áreas; Relocação de População e Ativ. Afetadas; Interação e Comunicação Social; Proteção do Patrimônio; Recuperação Funcional e Paisagística; Manejo e Reposição de Vegetação; Proteção da Flora e Fauna Silvestres; Monitoramento Limnológico e Qual. Água; Compensação Ambiental; Proteção Ambiental da Bacia do Manancial; Apoio aos Municípios; Educação Ambiental; Monitoramento Ambiental; Controle de Impactos de Operação; Gerenciamento de Riscos na Operação.

Na apresentação foram ressaltados os seguintes aspectos: que a obra terá efeito mínimo, localizado, em termos de **assoreamento de cursos de água** e que não há risco de afetar usos da água, nem captações no Res. Itupararanga, ou no rio Cotia. A Sabesp ainda enfatizou que a obra deverá preservar os **maciços de vegetação**. Não há abertura de clareiras nem fragmentação de ecossistemas (afeta só bordas, junto de estradas vicinais). Além destas informações, a empresa apresentou que o tratamento e secagem de lodos gerados na Estação de Tratamento de Água (ETA) serão realizados na própria ETA a ser construída e que não haverá geração de efluentes líquidos. Os responsáveis pela apresentação concluíram a mesma destacando que o empreendimento é de baixo impacto ambiental, conforme apresentação realizada que segue no Anexo I da presente Deliberação.



PROCESSO
fls. 2238

30
Fls. nº 2208/11
Proc. nº 2208/11
PROCESSO
fls. 2258



FUNDAÇÃO FLORESTAL

3.2. Análise, discussão e parecer sobre o empreendimento realizado pelos membros do CG da APA Itupararanga

Após a apresentação realizada, o Conselho Gestor da APA Itupararanga ressaltou que o EIA-RIMA apresenta falhas em seu conteúdo, tais como erros conceituais e de dados sobre a APA, que foram apontados como desatualizados e com informações errôneas:

- 1) Erro na denominação da sub-bacia de abrangência da APA Itupararanga, cujo nome foi apresentado como "bacia Itupararanga" e a denominação correta corresponde à "sub-bacia do Alto Sorocaba".
- 2) No estudo ainda há o erro referente ao nome da unidade que é chamada de "APA represa de Itupararanga", sendo o correto "APA Itupararanga".
- 3) Os membros do Conselho Gestor ainda questionaram que durante todas as apresentações, referentes à APA Itupararanga abordadas no estudo foi apresentado que o Plano de Manejo da APA está em "fase de elaboração". O Plano de Manejo da unidade não foi considerado no documento apresentado, sendo que o mesmo data de março de 2010, tendo sido aprovado pelo CONSEMA em julho de 2010.
- 4) No estudo, é citado que a gestão e fiscalização da APA Itupararanga é feita apenas "por voluntários de ONGs e interessados em manter a qualidade do manancial" (Separata- Programa de Compensação Ambiental- página 07), e que a gestão da APA é realizada pela SMA-SP, porém a gestão das Áreas de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo, com a inclusão da APA Itupararanga são de responsabilidade da Fundação Florestal desde 2008.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls. n°

Proc. n°

31

3208

11

PROCESSO

fls.

56

5) O conselho Gestor posicionou que o fato do Plano de Manejo da APA Itupararanga não ter sido considerado na elaboração de alternativas de traçado e elaboração do empreendimento foi um fator extremamente negativo para análise deste estudo.

Outros questionamentos realizados pelo Conselho Gestor da APA foram referentes aos seguintes aspectos:

- (i) Como serão realizadas as travessias de cursos d'água para implantação da obra e o detalhamento dos possíveis impactos ambientais gerados nestas travessias, considerando que foi ressaltado que não será realizado aterro ou assoreamento em nenhum curso d'água e área das micro-bacias abrangidas pelo empreendimento, dentre elas, a micro-bacia do rio Sorocabuçu, correspondem às áreas de principais afluentes à represa de Itupararanga;
- (ii) Como serão realizadas medidas de contenção à ocupação nas áreas de implantação da obra, considerando que a mesma prevê a ocupação de "canteiros de obras e ocupações provisórias"? Neste aspecto, uma das maiores preocupações foi quanto à possibilidade de ocupações desordenadas em áreas de grande relevância ambiental, onde são presentes fragmentos florestais em estágio médio-avançado de conservação ambiental.
- (iii) Outro questionamento do Conselho Gestor foi quanto à origem da areia necessária à execução da obra, sendo que o empreendimento apresenta que será necessário o transporte de areia ou áreas de mineração para execução da obra.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

PROCESSO

fls. 32

- (iv) Como a obra poderá interferir nos remanescentes vegetais existentes na área de abrangência da obrasendo que esta região é uma das áreas prioritárias para conservação destes fragmentos.
- (v) Também foi realizado o questionamento quanto à proposta de compensação ambiental, que prioriza o direcionamento de recursos à duas RPPNs existentes em Ibiúna, fato que causou discussão no Conselho, pois embora sejam áreas relevantes quanto à conservação ambiental, são áreas de âmbito privado e a obra não passa dentro destas áreas.

Assim foi apontado no Conselho Gestor da APA a necessidade de reforço à priorização de mecanismos de compensação ambiental à APA Itupararanga, considerando que é a unidade de conservação que diretamente sofre mais impactos ambientais, onde os mesmos atravessam a unidade em maior extensão, conforme apresentado no RIMA: *"O SPSL atravessa extenso trecho de 32 km, mais obras pontuais, no setor de montante dos formadores do rio Sorocaba, - rios Una / Sorocabuçu e Sorocamirim, nos municípios de Ibiúna, Cotia e Vargem Grande Paulista"*

- (vi) A obra prevê a retirada de água para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, o sistema não prevê nenhum tipo de abastecimento de água para o município de Ibiúna, acentuando o conflito socioambiental existente, uma vez que os núcleos rurais do Município localizados ao longo da obra não apresentam infra-estrutura de saneamento ambiental;



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Fls. 01
Proc. 01

33
2208/11

PROCESSO

Além dos pontos citados, o Conselho Gestor da APA ressaltou que:

(vii) A melhoria do abastecimento da porção oeste da RMSP vai contribuir com a ocupação urbana da região atendida pelo Sistema Produtor, em especial, de Vargem Grande Paulista e Cotia, acarretando o aumento do volume de efluentes gerados nestes Municípios. Tais efluentes drenam para a Bacia Hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê, afetando diretamente, dessa forma, a sub-bacia do Alto Sorocaba e conseqüentemente, a APA Itupararanga, o município de Ibiúna e o próprio manancial de abastecimento desta sub-bacia, o reservatório de Itupararanga.

(vii) O município de Ibiúna ainda apresentou o conflito existente, considerando que há deficiências na infra-estrutura de saneamento básico existente, em especial à coleta e tratamento de esgotos e foi realizado o questionamento sobre o porquê os Programas ambientais apresentados no estudo não contemplaram uma medida de contrapartida sobre esta situação presente no município e que conseqüentemente afeta os principais atributos de criação da APA Itupararanga, que são os recursos hídricos desta sub-bacia de drenagem à represa.

Após a apresentação dos pontos levantados pelos membros do conselho durante a reunião, os responsáveis pelo empreendimento sugeriram que estes pontos fossem abordados na análise do empreendimento. Assim, muitas questões permaneceram sem resposta efetiva na reunião. Ficou acordado entre os membros que seria formado um grupo de trabalho para análise mais detalhada do empreendimento e formulação de uma minuta de parecer do Conselho Gestor da APA. A reunião foi agendada para o dia oito de Setembro de dois mil e onze na sede da organização não governamental SOS Itupararanga, *situ* a Rua Colômbia, 323, no centro do município de Ibiúna às nove horas e trinta minutos.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

34
FIS. Nº 2208/11
PROC. Nº 2208/11
PROCESSO
fls. 2208/11

Na reunião realizada no dia 08 de setembro foram levantados os pontos conflitantes apresentados pelos Membros do Conselho Gestor da APA na última reunião do

Conselho Gestor, conforme já apresentado no presente documento, com intuito de apresentar condicionantes e ações sugeridas pelo Conselho Gestor da APA, para implantação do empreendimento na APA Itupararanga.

Um dos primeiros pontos abordados refere-se à questão dos maciços florestais existentes na APA e a previsão de travessias nos cursos d'água para execução da obra. O RIMA apresenta que alguns cursos d'água contarão com travessias subterrâneas e outros com projetos de extensão aérea, porém não há o detalhamento de áreas previstas com cada tipo de configuração. O estudo somente apresenta no RIMA que as travessias aéreas serão realizadas nos rios de porte maior, conforme página 56 do RIMA:

"A travessia aérea dos rios maiores: Laranjeiras, Cotia e São João será realizada por meio de tubulação aérea, com a adutora formando um arco ou trapézio autoportante sobre o rio. Neste método há escavação nas margens para execução de vala e de bloco de ancoragem em concreto, mas não há interferência direta com o leito fluvial"

Em relação às travessias subterrâneas, as mesmas foram apresentadas no RIMA- página 55, da seguinte forma:

"Travessia subterrânea. A travessia de pequenos córregos e linhas de drenagem intermitente será feita em adutora enterrada, revestida em concreto. A execução da travessia requer o aterramento de áreas (em geral brejosas) para desvio da estrada vicinal, construção de corta-rio para desvio do curso de água, rebaixamento do lençol freático, escavação para abertura de vala, instalação da tubulação e reaterro da vala, ensecamento do corta-rio e re-encaminhamento



FUNDAÇÃO FLORESTAL

PROCESSO
n.º 2263

Sis. n.º 35
Proc. n.º 2208/11
PROCESSO
fls. 2263

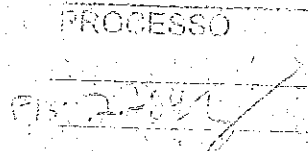
do fluxo pelo curso natural, aterramento do corta-rio, escavação da vala e construção da adutora do outro lado."

Conforme apresentado acima, foi apontado que para a construção de travessias subterrâneas serão aterradas áreas brejosas, que exercem importância ecológica e ambiental de grande relevância para garantir a qualidade das águas na região. Como as áreas de implantação da obra correspondem à áreas com nascentes importantes para os rios principais da sub-bacia Alto Sorocaba e APA Itupararanga é necessário o detalhamento de como serão executadas as obras de forma a não afetar a biodiversidade local e recursos hídricos, conforme enfatizado na apresentação realizada no dia 23/08.

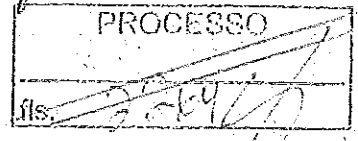
Sobre a questão: *Como serão realizadas medidas de contenção à ocupação nas áreas de implantação da obra, considerando que a mesma prevê a ocupação de "canteiros de obras e ocupações provisórias"* foi discutido no grupo que para execução da obra na APA Itupararanga sua aprovação seja condicionada à realização de um plano de controle ambiental e monitoramento de ocupações irregulares no entorno de corpos hídricos e fragmentos florestais, considerando também um projeto de educação ambiental junto à comunidade residente na região.

Em relação às áreas de mineração, foi apontado pelo grupo que a obra não deverá extrair qualquer tipo de mineração na APA sem considerar as condicionantes existentes e previstas no Plano de Manejo da unidade.

Sobre as interferências em áreas de fragmentos florestais, o projeto deverá contemplar ações de restauração e enriquecimento florestal nas áreas a serem afetadas, reforçando que sejam previstas medidas mitigadoras associadas às



FUNDAÇÃO FLORESTAL



interferências nestas áreas, como a realização de projetos que possam subsidiar a identificação e valorização dos serviços ambientais existentes nestas áreas.

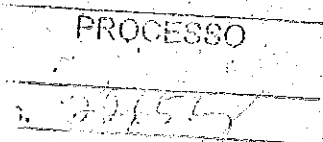
Não foi apresentado no EIA-RIMA para onde serão encaminhados os resíduos e material excedente gerado na obra, assim fica apresentado como condicionante à aprovação do empreendimento que seja apresentado local de encaminhamento destes resíduos, considerando as restrições de disposição de resíduos sólidos apresentadas no Plano de Manejo da APA Itupararanga.

Em relação à questão de saneamento ambiental, foi acordado entre o grupo de trabalho e Conselho Gestor da APA que a aprovação deste empreendimento no Conselho Gestor da APA é condicionada à apresentação de um projeto de melhoria e disposição de infra-estrutura de saneamento ambiental nos municípios de Cotia, Vargem Grande Paulista e Ibiúna, que possam reverter em uma melhoria no cenário atual de coleta e tratamento de esgotos gerados na bacia e que interferem diretamente na qualidade dos atributos de conservação da APA Itupararanga.

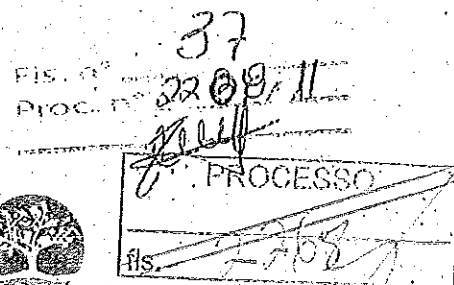
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONDICIONANTES E RECOMENDAÇÕES À APROVAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Conselho Gestor manifesta-se favoravelmente à implantação do empreendimento desde que sejam atendidas às seguintes condicionantes:

1. Considerando o inciso II, do artigo 3º (Res. CONAMA n.º 369/2006), solicitamos que seja dada especial atenção ao uso em áreas de APPs, que deverá minimizar a implantação de atividades que impliquem em introdução de espécies exóticas invasoras de flora e fauna, conforme estabelecido no



FUNDAÇÃO FLORESTAL



Plano de Manejo da APA (Item 23- Anexo II da Deliberação CONSEMA 16/2010).

2. Considerando que o projeto prevê a supressão de 52,62ha e que grande parte do trecho de influência direta da obra na APA Itupararanga será realizado na "Zona de Conservação da Biodiversidade", cujo disposto no item 14-I, da Deliberação CONSEMA 16/2010, cita que nesta zona de uso, "deverão ser evitadas e minimizadas as atividades que impliquem em fragmentação dos maciços florestais remanescentes" e que as áreas de influência direta da obra compreendem também zonas de prioridade para conectividade florestal (escala 4 e 5), conforme dados do Projeto BIOTA-FAPESP (2008), que segue anexo à presente Deliberação, são apresentadas as seguintes condicionantes à aprovação do empreendimento: Apresentação de um projeto de restauração florestal na APA Itupararanga, que contemple as etapas de diagnóstico, levantamento e cadastramento de áreas e execução da restauração com espécies nativas e monitoramento do plantio por no mínimo 2 anos a ser encaminhado ao órgão competente, com vistas ao Conselho Gestor da APA Itupararanga e Fundação Florestal para indicação de áreas prioritárias, que compreenda no mínimo a recuperação de 104,24 ha a ser apresentado em um prazo de até 4 meses após a aprovação do empreendimento e com execução de no mínimo 2 anos.
3. Apresentação de um programa de prevenção e monitoramento de ocupações em áreas no entorno da obra para a Prefeitura de Ibiúna, com vistas ao Conselho Gestor da APA, a ser apresentado em até 3 meses após a aprovação do empreendimento;
4. Apresentação de um projeto com ações de educação ambiental junto à comunidade residente na APA, que apresente a importância socioambiental da APA Itupararanga para a região, a ser apresentado em até 3 meses após a aprovação do empreendimento;



PROCESSO
fls. 2265



FUNDAÇÃO FLORESTAL

PROCESSO
fls. 2265

5. Apresentação de um plano de melhoria no saneamento ambiental da região, com previsão de obras e cronograma de implantação, em especial para o município de Ibiúna. Este Plano deverá ser apresentado à CETESB, com vistas à Fundação Florestal e Conselho Gestor da Unidade de Conservação. Este plano deverá ser apresentado em prazo máximo de 3 meses após a aprovação do empreendimento;
6. Apresentação de projeto detalhado de como serão realizadas as travessias nos cursos d'água na APA Itupararanga e quais medidas para minimização de impactos gerados. Este projeto deverá ser apresentado à CETESB, com vistas à Fundação Florestal e Conselho Gestor da Unidade de Conservação. Este plano deverá ser apresentado em prazo máximo de 3 meses após a aprovação do empreendimento
7. Apresentação e execução de projeto alternativo para abastecimento e coleta e tratamento de esgotos dos núcleos rurais de Ibiúna localizados ao longo da obra do Sistema Produtor São Lourenço. Este projeto deverá ser apresentado à CETESB, com vistas à Fundação Florestal e Conselho Gestor da Unidade de Conservação. Este plano deverá ser apresentado em prazo máximo de 3 meses após a aprovação do empreendimento;
8. Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgotos de Caucaia do Alto (Cotia) e Vargem Grande Paulista em um prazo máximo de até 3 anos após a aprovação do empreendimento.

Recomendações sugeridas pelo Conselho Gestor da APA:

- Considerando que o Programa de Ação de "Conservação de recursos hídricos e biodiversidade", estabelecido no Plano de Manejo da APA Itupararanga tem como um de seus objetivos "incentivar a implementação de projetos e ações de pagamentos por serviços ambientais (PSA)" (item 47-3 da Deliberação CONSEMA



PROCESSO
3. <i>[assinatura]</i>

39
2208/11



FUNDAÇÃO FLORESTAL

PROCESSO
fls. <i>[assinatura]</i>

16/2010), o Conselho Gestor da APA Itupararanga recomenda a realização de um projeto que contemple ações de pagamento por serviços ambientais, que contemple iniciativas e projetos de identificação e valoração de serviços ambientais existentes na APA Itupararanga, assim como mecanismos de apoio à realização de PSA;

- Considerando que a APA Itupararanga será a unidade de conservação mais afetada na execução da obra, no que se refere ao trajeto e extensão territorial dentro da unidade de conservação e a obra proposta atravessará as zonas de maior restrição ambiental na APA, sendo elas, as zonas de conservação da biodiversidade e zona de conservação de recursos hídricos, o Conselho Gestor da APA Itupararanga sugere que seja dada prioridade à destinação de recursos de compensação ambiental para ações de implantação dos Programas de Ações previstos no Plano de Manejo da APA Itupararanga.

São Paulo, 06 de outubro de 2011.

[assinatura]
Sandra Eliza Beu
Fundação Florestal
REG. 11834

SANDRA ELIZA BEU

Presidente do Conselho Gestor da APA Itupararanga

Gestora da APA Itupararanga



FUNDAÇÃO
PARA A CONSERVAÇÃO
E A PRODUÇÃO
FLORESTAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO
fls. 2524

Parque Estadual SERRA DO MAR	PROCESSO
fls. 2524	

60
2208/11
mll

PARECER TÉCNICO N.º ITARIRUNº 092/2011

NIS 806338

Ref.: Processo 21/2010 - Ofício nº 0491/2011/PG - SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO

Assunto: Processo nº 021/2010 - Licenciamento Ambiental Prévio para obras de Implantação do Sistema Produtor São Lourenço - SABESP S/A.

Interessado: COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB.

1.0 Introdução

Trata-se de Parecer Técnico deste Núcleo Itariru, Parque Estadual Serra do Mar, Unidade de Conservação de Proteção Integral (N.º ITARIRU-UC) frente análise do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, que visa à obtenção de Licença Ambiental Prévia - LP, sobre empreendimento denominado "Implantação do Sistema Produtor São Lourenço - SPSL", por responsabilidade da "Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp", este que propõe interferências em áreas consideradas, segundo limites estabelecidos em Plano de Manejo - PESM, zona de amortecimento, bem como interferências em áreas de Preservação Permanente - Lei 4771/65, RES CONAMA 303/302/2002;

Preliminar, informa-se, por força da Resolução SMA 11 de 12 de Fevereiro de 2010 e do constante do Art. 1º da RES CONAMA 428 de 2010, que dispõem, respectivamente:

"Dispõe sobre a prévia anuência dos órgãos gestores das unidades de conservação nos processos de licenciamento de empreendimentos ou atividades que possam afetar a própria unidade de conservação ou sua zona de amortecimento[...]"

Art. 1º...[...] empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação (UC) específica ou sua Zona de Amortecimento (ZA), [...] só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC... (grifos nosso)



FUNDAÇÃO
PARA A CONSERVAÇÃO
E A PRODUÇÃO
FLORESTAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fig. nº 61

Proc. nº 2208/13

m. 21

Subsídica

SERRA MARCESSO
ITAPETI

15

Este Parecer Técnico objetiva contextualizar impactos ambientais sobre a Unidade de Conservação de Proteção Integral, zonas de amortecimento, avaliados nesta proposta segundo constante do Plano de Manejo - PESM.

2.0 Breve Histórico

Segundo o EIA, "o SPSL consiste em um conjunto de instalações para captação de águas em vazão média anual de 4,7 m³/s; utilização de reservatório denominado "Cachoeira do França" (na bacia do Alto Juquiá), posterior recalque com adução de água bruta, tratamento e adução de água tratada para reforço e regularização do abastecimento público de água de cerca de 1,5 milhões de pessoas na zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), mediante interligação ao Sistema Integrado Metropolitano (SIM) operado pela Sabesp".

Tal projeto de seguimento em "evolução" do antigo Projeto Juquitiba, proposto pela Sabesp em 1996/97 que previa a captação a fio d'água no rio Juquiá (no município de Juquitiba; logo após a foz do rio São Lourenço), vazão de 4,7 m³/s, reversão mediante estação elevatória, adutora e túnel para a bacia do Guarapiranga. A vazão revertida seria descarregada nas cabeceiras do ribeirão Santa Rita, seguindo pelo leito desse rio até o reservatório Guarapiranga, em cuja margem esquerda haveria uma segunda captação para alimentação de nova ETA, denominada ETA Alvorada".

As áreas de intervenção, ou área diretamente afetada (ADA) e as áreas de influência direta (AID) e indireta (AIi) do SPSL estão inseridas nas bacias hidrográficas do Alto Juquiá, Alto Sorocaba e Alto Tietê, representando, a primeira, a fonte de suprimento de água do futuro Sistema Produtor; a segunda será transposta, receberá parte menor da vazão revertida e abrigará a Estação de Tratamento de Água (ETA); e a terceira será a principal receptora do volume de água revertido através da interligação com as adutoras do SIM. A área de estudo faz parte das Unidades de Negócio Oeste - MO (Metropolitana Oeste) e Sul - MS (Metropolitana Sul) da SABESP.

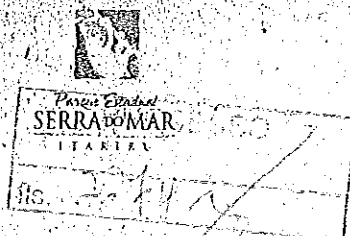
"Os objetivos são aumento de oferta de água tratada, reforço e regularização de abastecimento público na zona oeste da RMSP com interligação do sistema integrado metropolitano (SIM) e RMSP".

3.0 Dos estudos apresentados Meio Físico/Biótico



FUNDAÇÃO
PARA A CONSERVAÇÃO
E A PRODUÇÃO
FLORESTAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fis. nº 62
Proc. nº 2208/11
m. 88



Os estudos apresentados foram satisfatórios à avaliação, porém, seguem sugestões em item específico a seguir;

3.2 MeioBiótico

3.2.1 Flora

Os estudos foram considerados satisfatórios, porém, insuficientes quanto ao esforço amostral espacial, espécies de vegetais ameaçados, dos impactos sobre perda de cobertura vegetal e conexão genica, ênfase à classificação dos estágios sucessionais frente à proposta de supressão, essa que representa e mantém conexão gênica com função expressiva de relevância a montante e jusante das unidades de conservação; portanto, seguem sugestões em item específico no seguinte.

3.2.2 Fauna

Estudos considerados satisfatórios, no entanto, devem receber aumento do esforço amostral ADA/AID, ênfase às espécies ameaçadas de extinção; dos impactos propostos devido à perda significativa de ambientes, habitats, bem como sobre propostas específicas de mitigação (inserir em Plano de Manejo Ambiental), estas que seguem em item específico no seguinte;

4.0 Das Interferências e impactos sobre a UC e Zona de Amortecimento

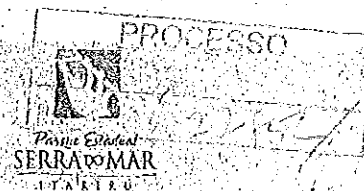
Compreendem trechos previstos para instalação dos dutos, "trechos das adutoras e de linhas de transmissão" localizados em Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Itarirú e Núcleo Curucutu, com a ordem de supressão em 38 ha de vegetação natural (franjas), afetação de 7,6 km bordas, fragmentação de maciços de vegetação (6 km), travessia subterrânea de 15 córregos (adutora), travessia de 100 córregos (LT), afetação de 29 ha de APP; ressalta-se, a interferência total em perda de cobertura vegetal no empreendimento se dá na ordem de 257,85 ha, a maior porção devida instalação das linhas de transmissão.

Ressalta-se, a perda e alterações de ambientes por interferências propostas: supressão de vegetação, perda e quebra de conexão genica, isolamentos de comunidades, alterações na dinâmica populacional e o próprio desequilíbrio de organismos que compõe tais áreas, são fatores negativos, significativos, atribuem condições de riscos que podem afetar a integridade da unidade de conservação, considerando por si tratar-se de ambientes altamente dinâmicos,



FUNDAÇÃO
PARA A CONSERVAÇÃO
E A PRODUÇÃO
FLORESTAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fig. nº 63
Proc. nº 2208/11
m. 28



interligados; portanto, dever-se-á avaliar danos de maneira que sejam efetivamente mitigados, compensados, contrapondo-se valores ecossistêmicos frente aos ganhos e perdas propostos, avaliados em todas as fases do processo e empreendimento até que se desfaçam os mútuos interesses.



5.0 Das considerações, condicionantes e compensações sugeridas

Considerando o constante do Art. 36, Lei 9985/2000, Dec. nº 4340/2002, alterado pelo Decreto nº 5.566/05, bem como do Art 46, § Único e Art. 47, que dispõem:

"Art. 46 - A instalação de redes de abastecimento de água, [...] depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

§ único - Esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas" (grifos nossos).

Considerando ainda o constante dos Arts 47 e 48 da mesma Lei, uma vez que é considerada perda significativa de faixa de cobertura vegetal que cumpre função intrínseca na zona de amortecimento destas UCs, sugere-se:

5.1 ► Meio Físico

Dos estudos complementares

- ♦ Que sejam atendidas na íntegra recomendações do Conselho Gestor da APA Itupararanga;

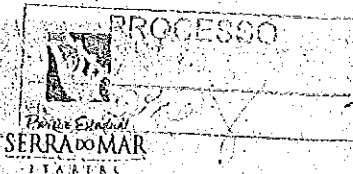
Considerando proposta de abertura de acessos para o traçado da adutora, subadutoras, e as áreas da Linha de Transmissão, considerando ainda cenários vivenciados que computam danos de ordem socioambientais: invasões, usos para coleta de vegetação e outras atividades ilícitas, avaliadas nesta proposta segundo Princípio da Precaução e da Prevenção, que se recomenda:



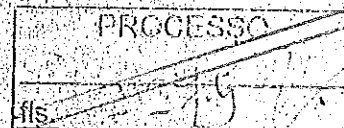
FUNDAÇÃO
PARA A CONSERVAÇÃO
E A PRODUÇÃO
FLORESTAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. nº 64

Proc. nº 2208/13



Que sejam incluídas na proposta por total responsabilidade do empreendedor e em caráter efetivo permanente, a implantação de estruturas de controle dos acessos gerados com seu monitoramento e operacional humano necessário - guaritas, para toda a extensão do traçado adutora e Linhas de Transmissão, bem como da inclusão desta sugestão no "Plano de Manejo Ambiental" constante do EIA;



Como medidas de mitigação frente às operações de instalação diante da movimentação de solo quando das interferências em áreas de preservação permanente - ex: contenção e proteção em "bordas" de cursos hídricos e outros, drenagens; contenção de encostas etc, recomenda-se:

- ♦ Utilização de estruturas denominadas como "muros de gabião", uma vez que tais estruturas tem se mostrado de melhor aproveitamento ambiental e eficácia na função proposta;

Das áreas propostas em "Bota fora ou Bota espera", períodos preliminares e no pós-conclusão de obras, recomenda-se:

- ♦ Que tais ações frente à demanda de áreas, como citado no EIA, sejam esgotadas a título de utilização de áreas não vegetadas, antropizadas, do não uso de APPs, bem como informadas em coordenadas geográficas - UTM's, para o acompanhamento pertinente; que as áreas sejam efetivadas com sistema de drenagem adequados evitando assim o carreamento de sedimentos para corpos hídricos e outros danos, bem como efetivadas recuperação das áreas no pós-obras;

Considerando a iluminação excessiva como fator determinante de danos e perturbador com relação a ambientes naturais, ênfase a fauna, recomenda-se:

- ♦ Nos trabalhos que demandem esforço com maquinários ou veículos pesados sejam limitados em horários com iluminação natural; os canteiros de obras devem utilizar iluminação não direcionada a fragmentos de vegetação ou outros ambientes naturais, e sim, para instalações e equipamentos internos;

5.2 ► Meio Biótico

Flora

Dos estudos complementares



FUNDAÇÃO
PARA A CONSERVAÇÃO
E A PRODUÇÃO
FLORESTAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO
Fls. nº 65
Proc. nº 2208/11
Im. 88

Fls. nº 65
Proc. nº 2208/11
Im. 88

PROCESSO
Processo Ambiental SERRA DO MAR
Fls. nº 65

Considerando o esforço amostral espacial específico para áreas adjacentes, de entorno do empreendimento, zona de amortecimento das UCs, não satisfatórios, da infima avaliação pertinente sobre a riqueza de espécies de vegetais ameaçados na ADA e ZA e UCs, da identificação e classificação quanto aos estágios sucessionais, bem como dos possíveis impactos diante da perda de cobertura vegetal na zona de amortecimento das UCs, pouco abordados, recomenda-se:

- ♦ Que sejam inclusos estudos diante dos cenários naturais atuais contrapondo-se aos futuros propostos frente à perda de cobertura e massa vegetal, interferências em comunidades de organismos, seu desequilíbrio, bem como do fluxo gênico, função, e da valoração ecossistêmica específica sobre os tais danos;

Da supressão da vegetação

- ♦ sugere-se esgotamento das alternativas técnicas locais frente à avaliação do traçado proposto, e que este busque ao máximo o não isolamento ou fragmentação das áreas com vegetação significativa (ênfase às áreas de preservação permanente, vegetação em estágios médios e avançados de regeneração), que as atividades de supressão respeitem o período reprodutivo de espécies nativas; que se busque a redução do montante proposto (citado no EIA), bem como da identificação e avaliação sobre permanência (evitar corte) de indivíduos arbóreos de grande porte na própria faixa avaliada a não interferência nas estruturas; a exemplo, sem prejuízo às normas pertinentes frente à proposta das linhas de transmissão (NBR 5422/2005), que se busquem alternativas de utilização de estruturas físicas "maiores" com possível suspensão de torres= (>altura), visando meios de transpor maciços sem necessidades de supressão; que se avaliem e busquem alternativas de inserção da paisagem natural - vegetação arbórea e outros, nas estruturas físicas possíveis; que se busquem avaliação e identificação prévia de indivíduos jovens de vegetais passíveis de transplante, mudas, a serem realocados e inseridos nas laterais da própria faixa (Adutoras e LT) ou adjacências, bem como a formalização de viveiros municipais junto aos municípios e UCs; que se busquem meios de recomposição vegetal em áreas passíveis da própria faixa (laterais e outras) com utilização de espécies-chaves, com dupla função: espécies que, em fase específica, adulta, tenha por natural a condição de eliminação do sobosque (por sombreamento), este que é objeto de manutenção e custos futuros pelo empreendedor devido a necessidade de manutenção, limpeza permanente; outra função se dá devido ao suporte alimentar a ser gerado a fauna nativa que também fará a



FUNDAÇÃO
PARA A CONSERVAÇÃO
E A PRODUÇÃO
FLORESTAL

PROCESSO
Fls.

Fls. nº 66

Proc. nº 2208/11



PROCESSO

Processo Estadual
SERRA DO MAR
HS

dispersão de sementes desta espécie - "Palmito Juçara" (*Euterpe edulis*); tal sugestão propõe a formação de adensado vegetal nas proximidades das estruturas e laterais das faixas (adutora e "praças" das torres das LT) e podem servir de banco de sementes e mudas em atividades monitoradas agregadas em plano de trabalhos, projetos conjuntos entre comunidades afetadas, empreendedor, municípios e UCs: serviços ambientais;

Considerando significativo o montante do material lenhoso a ser gerado na proposta, da possível reutilização desta biomassa, bem como do fomento necessário para sua correta destinação, recomenda-se:

- ♦ Classificação e quantificação de todo o material lenhoso a ser gerado (kg/m^3); transformação de parte destes em formato de "cavaco" (pequenas partículas não inferiores a 3cm), podendo ser disposto na própria faixa afetada: adutora e Linhas de Transmissão, bem como da destinação/doação às UCs avaliando-se em acordo frente aos interesses por seus responsáveis gestores e departamentos jurídicos pertinentes; sugere-se ainda, havendo meios e como outra alternativa a ser avaliada entre as partes interessadas, acordada com a gestão da UC e juridicamente avaliadas, da possibilidade da transformação desse material lenhoso gerado em recursos financeiros a serem destinados como medidas de mitigação para o custeio de infraestruturas utilizáveis em atividades de uso público nas UCs: estruturação de trilhas; circuito de arborismo; construções de pontes e outras estruturas necessárias também em razão de proteção: guaritas suspensas torres de observação de aves e fiscalização etc; (estruturas com utilização de madeira exótica tratada);

Fauna

Considerando necessárias complementações diante dos estudos nas áreas a serem afetadas: aumento no esforço amostral, ênfase às espécies ameaçadas, comunidades etc - ADA/AID e ZAs; das atividades previstas, fase operacional/obras, bem como fragilidades expostas, recomenda-se:

- ♦ Complementações dos estudos faunísticos avaliando-se, em específico, dados populacionais de comunidades e organismos de ocorrência / residentes; das espécies ameaçadas e dos riscos iminentes contrapondo-se a proposta de perda de ecossistemas: ênfase a grandes mamíferos de ocorrência nessa região e maciços interligados - UCs; das fragilidades, metodologias a serem



FUNDAÇÃO
PARA A CONSERVAÇÃO
E A PRODUÇÃO
FLORESTAL

PROCESSO
Fls. 67

PROCESSO
Fls. 67
Proc. nº 2208/11
Pública
SEPRADO MAR

utilizadas para captura, resgate/destinação, bem como medidas a serem adotadas em todas as fases do empreendimento;

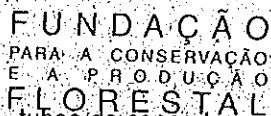
♦ Que sejam inclusos no "Plano de Manejo Ambiental" proposto ações direcionadas a proteção da Fauna Silvestre selvagem nativa a título perpetuo; sinalização alusiva em caráter preventivo, logístico e operacional; conscientização em períodos preliminares, operacionais e pós-implantação incluindo, com ênfase, orientações pertinentes às empresas terceirizadas responsáveis; que sejam incluídas nas linhas carroçáveis e de pertinência passagens subterrâneas, inferiores ou aéreas de fauna, que os trabalhos respeitem períodos noturnos, ou limitem a luz do dia para as atividades; que os trabalhos operacionais sejam acompanhados diariamente por profissionais habilitados em todas as fases do empreendimento; que sejam repassados através de planilhas e informes advindos sobre ocorrência accidental de fauna, bem como dos relatórios de acompanhamento; que sejam previstos isolamentos preventivos de áreas avaliadas de possíveis ocorrências de fauna antecedendo interferências, prevenção de fuga indesejada, ênfase às proximidades de estradas; que sejam instaladas câmaras "trap" em pontos estratégicos identificados como locais de fuga de indivíduos diversos; que as atividades de resgate de fauna antecedam o início da supressão, bem como do acompanhamento no ato da ação; a supressão de vegetação deverá respeitar o período de reprodução de espécies afetadas;

5.3 ► Medidas mitigadoras/compensatórias

Considerando impactos significativos nos limites estabelecidos - Plano de Manejo, em zona de amortecimento das UCs - PESM, bem como das medidas compensatórias/mitigadoras possíveis a serem agregadas às atividades relacionadas entre Empreendedor, Municípios e UCs;

Considerando ainda as áreas das UCs, PESM, Núcleo Itariru e Curucutu, ênfase as áreas inseridas no município de Juquitiba, do potencial em uso público avaliado com a utilização de áreas recreativas que envolvem o Rio São Lourencinho, Iguape, cachoeiras e outros, bem como das fragilidades presentes que demandam investimentos para otimização da proteção e uso público dessas áreas, recomenda-se:

♦ Melhorias no acesso nos limites do PESM, base "Pedra Lisa", inseridos no município de Juquitiba (final da estrada da Siderúrgica) com recapeamento e terraplanagem, drenagem com utilização de "rachões", pedra, brita "3" e "2" com acertos com bica corrida; assentamento de



PROCESSO	
fls. 2	✓

Az. nº 68

Proc. nº 2208 MS

M 88

SERRA DO MAR

obras de controle nas passagens de cursos hídricos e contenção de "bordas" com instalação de muros de "gabião", na ordem de 3,0 km;

- ◆ Construção de "Guarita simples com Portal", estruturada e equipada incluindo sistema de comunicação integrado com a base avançada existente; (estilo rustico, a acordar, com utilização de madeira exótica tratada); instalação de 2 (dois) postos de vigilância 24 h fixos e 2 (dois) postos de vigilância rondantes 24 h integrados as instalações do empreendedor e que atendam áreas (base e adjacências) do núcleo Itariru e Curucutu;
- ◆ Estruturação e adequação da "Trilha do Rio São Lourencinho" - pontes, corrimãos, sinalização etc, a acordar; percurso com origem na "Base Pedra Lisa, Rio e retorno a Base";
- ◆ Adequação, estruturação da "Trilha da Saleté", percurso: "Base Pedra Lisa, Cachoeira, Base Pedra Lisa";
- ◆ Doação de "5" câmaras "Trap" para serem utilizadas em pontos estratégicos nas áreas da UC, base "Pedra Lisa", município de Juquitiba;
- ◆ Integração e apoio a Projetos de educação Ambiental e Pesquisa a serem desenvolvidos na Base da Pedra Lisa, Juquitiba, entre o empreendedor, comunidades de entorno, município e UC, visando agregação de valores com ênfase ao "recurso Agua", aproveitamento do potencial turístico natural e Unidade de Conservação de Proteção Integral;

6.0 Conclusão

Considerando a magnitude dos impactos negativos avaliados diante da perda da cobertura vegetal (258 ha) que incluem áreas da zona de amortecimento das Unidades de Conservação de Proteção Integral, bem como da relevância em função ecossistêmica desses ambientes frente ao equilíbrio dessas Ucs, esta unidade gestora, uma vez atendidos o constante do item "5" deste Parecer, bem como atendidos Pareceres das APAS afetadas, não vê óbices no prosseguimento deste licenciamento.

É o PARECER TÉCNICO, que segue para avaliação superior e prosseguimento.

N. Itariru, PESM, 02 de Novembro de 2011.

LAFIETE ALARCON DA SILVA

Gestor - N. Itariru - PESSM

A

FUNDAÇÃO FLORESTAL

GERENCIA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - GCA



PROCESSO
fls. 22537

PROCESSO
fls. 22517

PROCESSO
fls. 22944

Ofício nº 0491/2011

PROCESSO 21/2010

INTERESSADO: SABESP

ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Prévio para as obras de implantação do Sistema Produtor São Lourenço

Manifestações apresentadas pelo Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jurupará e Informação Técnica da Gestão da Unidade.

I - Introdução da análise do Projeto pelo PEJU.

1 - A Gestão do Parque Estadual do Jurupará recebeu em 25/07/11 o Ofício nº 0491/2011/PG, datado de 30/06/2011, da CETESB, referente ao Processo 21/2010 Sistema São Lourenço, juntamente com o Despacho CETESB nº 009/11/IETH, de 28/06/11, referente ao Processo nº 021/2010 Licenciamento Ambiental Prévio para as obras de implantação do Sistema Produtor São Lourenço. Constando neste Despacho que: "encontra-se em análise no Departamento o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA do Sistema Produtor São Lourenço, sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP"; "A área proposta para a implantação do Sistema Produtor São Lourenço afetará as seguintes Unidades de Conservação, conforme indicado no EIA - Volume IV Capítulo 7.4.2.19 - Parque Estadual da Serra do Mar (Zona de Amortecimento); - Parque Estadual do Jurupará (Zona de Amortecimento); - Área de Proteção Ambiental - APA Represa de Itapararanga; - APA Várzeas do Rio Tietê." foram encaminhadas 5 vias digitais do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA e uma via impressa do Volume IV do EIA e do



PROCESSO
fls. 22957

PROCESSO
fls. 22427

Programa de Compensação Ambiental, para análise e manifestação, quanto aos aspectos relacionados às referidas Unidades de Conservação, visando à continuidade do Licenciamento Ambiental".

Foi comunicado ao Conselho Consultivo do PEJU, que a gestão do Parque recebeu o EIA-RIMA do Projeto Produtor São Lourenço para a manifestação. Ficou acordado a necessidade da apresentação do referido projeto ao Conselho Consultivo do Parque, pela SABESP, antes da manifestação do PEJU. Após algumas comunicações e problemas de agenda com a SABESP, foi agendada a apresentação para os membros do Conselho, o que aconteceu na 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do PEJU, em 27/10/2011, na sede da ONG SOS Itupararanga, Ibiúna.

2. O Sistema Produtor São Lourenço (SPSL) consiste de empreendimento que deverá ser construído e operado sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), empresa subordinada à Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos. Este projeto consiste de um sistema de captação, bombeamento, adução e tratamento de água do reservatório do Franca (municípios de Ibiúna e Juquitiba), na Bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape (Alto Juquiá), e a transposição desta água pela Bacia do Alto Sorocaba, para abastecimento de 7 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, na Bacia hidrográfica do Alto Tiete.

Entre as informações técnicas sobre o SPSL presentes no EIA-RIMA, podemos destacar:

- O SPSL consiste de um conjunto de instalações para captação média diária de 4,7 m³/s de água, "na margem direita do reservatório da UHE do Franca", no braço do ribeirão Laranjeiras, que é o limite dos municípios de Juquitiba e Ibiúna, a cerca de 1 km a montante da antiga foz do rio Juquiá e a cerca de 3 km do Parque Estadual do Jurupará; e posterior bombeamento, adução de água bruta, tratamento e adução de



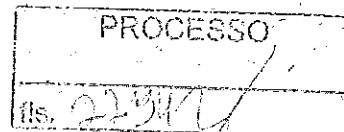
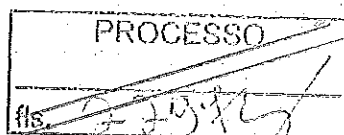
PROCESSO
fls. 22965

PROCESSO
fls. 22965

água tratada para o reforço e regularização do abastecimento público de água para cerca de 1.5 milhões de pessoas na zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo. O SPSL é composto de um conjunto de instalações lineares com 48,22 km de adutora de água bruta, 30,75 km de adutora de água tratada, 14,3 km de 4 sub-adutoras, cerca de 40,36 km de linha de transmissão em 138 kV, e mais instalações localizadas – captação de água, estações elevatórias, chaminés de equilíbrio, estação de tratamento de água e reservatórios, localizadas em Ibiúna, Juquitiba e mais 9 municípios da RMSP.

II – Considerações sobre o SPSL em relação ao PEJU.

- 1 – No EIA-RIMA apresentado não é levado em consideração a correta importância do PEJU para o SPSL, bem como não foi considerada a extensão verdadeira da sua Zona de Amortecimento para o empreendimento, o que prejudica ou inviabiliza o cálculo do grau de impacto ambiental e sua adequada compensação ambiental para a Unidade de Conservação.
- 2 – Foi desconsiderada a existência de Plano de Manejo para o PEJU, aprovado em janeiro de 2011, sendo no EIA-RIMA considerado a Zona de amortecimento do PEJU como um raio de 3 quilômetros a partir do perímetro do Parque e, nestas condições, somente as instalações para a captação da água no rio Laranjeiras/Reservatório do Franca estaria no perímetro da Zona de Amortecimento do PEJU.
- 3 – No SPSL as instalações para a captação da água, a Estação Elevatória de Água Bruta, as adutoras de água bruta, a e a subestação de energia estão inseridas na Zona de Amortecimento do PEJU, como também parte do sistema das linhas de transmissão de energia e acessos viários.



4 - Não foi considerado no EIA-RIMA que a única Unidade de Conservação de Proteção Integral que terá sua Zona de Amortecimento afetada no âmbito da captação, bombeamento e adutoras de água bruta é o Parque Estadual do Jurupará.

5- Não foi proposta nenhuma ação de compensação ambiental no apoio e manutenção ao PEJU ao longo do EIA/RIMA, como previsto na Lei nº 9.985/00, em seu Artigo 36: "Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o dispositivo neste artigo e no regulamento desta Lei", bem como no atendimento do § 3º deste Artigo - "Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo".

6. Não está previsto no EIA-RIMA qual a contribuição financeira que será destinada para a proteção e implantação do Parque Estadual do Jurupará, conforme previsto no Artigo 47 da Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000 - "O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica".

7 O PEJU foi criado pelo Decreto Estadual nº 35.703, em 22/09/92, levando-se em consideração na sua criação "a ocorrência de inúmeros cursos d'água naturais na área em questão, conforme consta no Plano Estadual de Recursos Hídricos (1990) como



PROCESSO

22525

PROCESSO

22582

manancial cogitado para o suprimento das futuras demandas hídricas da Região Metropolitana de São Paulo. Desta forma, o PEJU contribui diretamente para boa qualidade ambiental ainda presente no reservatório do França, protegendo parte de suas margens, como também os rios que nascem em seu interior e são contribuintes do reservatório.

8. A proteção e fiscalização do reservatório do França, bem como de suas margens é realizada atualmente por: equipe de fiscalização/proteção do PEJU nos limites com o Parque; equipe de vigilância Patrimonial terceirizada da CBA; e pela Polícia Militar ambiental de Sorocaba e do Embu das Artes. A PAmb de Sorocaba cuida da área do reservatório pertencente a Ibiúna, e a PAmb do Embu tem competência na área do reservatório localizado no município de Jiquitiba, o que acaba gerando situações de dúvidas sobre a área de competência e atuação de cada PAmb, prejudicando a proteção do reservatório.
9. O reservatório do França tem apenas parte de sua área protegida pela Legislação de Proteção de Mananciais, Lei Estadual 9.866/97, que estabelece importantes restrições de uso e ocupação do solo para os municípios da RMSP. Esta legislação alberga o município de Jiquitiba, mas não o município de Ibiúna. O limite da região metropolitana de São Paulo, no reservatório do França, é o ribeirão das Laranjeiras seguindo em direção a antiga foz do Rio Juquiá, que coincide com o limite dos municípios de Ibiúna e Jiquitiba. Desta forma, menos da metade do reservatório do França encontra-se na região Metropolitana, enquanto que a parte de Ibiúna esta fora da RMSP.
10. O EIA-RIMA indica a contratação de 2500 empregos diretos, sendo 1000 para Jiquitiba, no período de execução da obra. Este aumento temporário na população da região deverá causar impactos sociais e ambientais, em vários aspectos de saneamento, ocupações irregulares, desmatamentos, caça, segurança pública, saúde, infra-estrutura etc. A maioria, ou talvez a totalidade, destes novos 1000 empregados de



PROCESSO
fls. 7290

PROCESSO
fls. 7299

Juquitiba, estarão desenvolvendo suas atividades na Zona de Amortecimento do PEJU, e se não houver um planejamento e ordenamento estas atividades acabarão por prejudicar a boa qualidade do próprio reservatório do Franca, com a ocupação desordenada do solo, lançamento de esgotos sem tratamento nos afluentes do reservatório, como já aconteceu com os reservatórios da Guarapiranga e Billings.

III – Apresentação do SPSL para o Conselho Consultivo do PEJU:

Foi realizada apresentação da SABESP sobre o SPSL, em 27/10/11, na sede da ONG SOS Ilupararanga, para o Conselho Consultivo do PEJU.

O mapa com os limites do PEJU e a sua Zona de Amortecimento, foi apresentado somente e apenas nesta reunião, com alguns dados sobre o empreendimento nesta área. Contudo, este mapa e os dados apresentados sobre o PEJU e sua Zona de Amortecimento não constam do EIA-RIMA, que foi encaminhado através da CETESB.

O Conselho Gestor do PEJU fez questionamentos aos representantes do empreendimento ali presentes. Estes questionamentos foram incorporados nas recomendações para o projeto do SPSL.

IV – Conclusão:

O Conselho Consultivo do PEJU, frente ao material apresentado no EIA-RIMA, considerou que:

- Estes estudos não identificaram a área correta da Zona de Amortecimento do PEJU, impossibilitando a avaliação do cálculo do grau de impacto e o valor da compensação ambiental das intervenções que serão realizadas;

- não foram realizadas propostas de aplicação de compensação ambiental no PEJU, que é a UC de Proteção Integral que contribui para a manutenção da qualidade ambiental do reservatório do Franca, que, no nosso entender, é a base para o funcionamento de toda estrutura do SPSL.



PROCESSO
fls. 2298

PROCESSO
fls. 2300

- algumas questões não ficaram bem elucidadas no EIA-RIMA. Deste modo, o Conselho Consultivo do PEJU, considerou que, para aprovação do empreendimento, nesta fase de avaliação, o EIA/RIMA deve atender às seguintes recomendações:

a - Recomendações:

- 1 - Alteração do nome do empreendimento para Sistema Produtor do Jurupará, considerando que o decreto estadual 35703 de 22 de setembro de 1992 estabeleceu a criação desta UC visando a garantia de conservação do manancial cogitado para o suprimento das futuras demandas hídricas da Região Metropolitana de São Paulo.
- 2 - Levantamento da Ictiofauna e monitoramento dos corpos d'água que serão afetados pela adutora.
- 3 - Propor que o Projeto Executivo apresente estudos de concepção para implantação de travessias aéreas das adutoras localizadas dentro da Zona de Amortecimento da UC, objetivando minimizar os impactos sobre os corpos hídricos, biota e solo, responsáveis pela manutenção da qualidade ambiental do reservatório.
- 4 - Apresentação do cronograma físico-financeiro das obras de saneamento previstas para os municípios de Juquitiba e São Lourenço, assim como citado no EIA/RIMA.
- 5 - Apresentação medidas de contenção e controle da ocupação nas áreas de implantação da obra, considerando que a mesma prevê a ocupação de "canteiros de obras e ocupações provisórias".
- 6 - No estudo, o empreendimento levou em consideração a resolução CONAMA nº 423/10, que define que ZA de UCs a considerar em estudos de impacto ambiental deve ser provisoriamente de 3 km enquanto o plano de manejo com a delimitação da



PROCESSO

22968

PROCESSO

fls. 23016

ZA não for delimitado". O PEJU apresenta o Plano de Manejo aprovado em 27 de janeiro de 2011. Dessa forma, o empreendimento deve considerar todas as intervenções que acontecerão na ZA do PEJU, o que não foi feito até o momento.

7 - O empreendimento deve seguir as recomendações contidas no plano de manejo do PEJU para as intervenções na zona de amortecimento do parque.

8 - Apresentar estudo da capacidade do reservatório para atender futuramente a demanda de água pelos municípios próximos à área, que não serão favorecidos pelo sistema de abastecimento como Ibiúna, Juquitiba, Miracatu, Piedade, Tapirai, Juquiã.

9 - A aprovação do empreendimento deve estar condicionada a melhorias no sistema de abastecimento, coleta e tratamento de esgotos dos municípios inseridos na bacia de contribuição do reservatório do Franca (Ibiúna, São Lourenço da Serra e Juquitiba) antes do início da operação do SPSL, já que não existe tratamento de esgoto adequado para a maioria.

10 - Apresentar, junto ao Projeto Executivo, estudos de concepção, a prazos imediatos e emergenciais, prevendo a implantação de sistemas de distribuição de água, esgotamento e tratamento sanitário, especificamente dos Municípios de Ibiúna e Piedade/SP.

11 - Prioridade na aplicação de Recursos de Compensação Ambiental na implantação do Plano de Manejo do PEJU, por ser a Unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral, com maior impacto direto do empreendimento em sua Zona de Amortecimento.

12 - Estabelecer que todas as estruturas de acomodação e atendimento da mão de obra de execução do empreendimento sejam instaladas fora da Zona de Amortecimento da UC.



PROCESSO
fls. 5234

PROCESSO
fls. 5302

13 - As medidas mitigadoras e preventivas dos impactos descritos no EIA-RIMA devem ser identificadas separadamente das medidas compensatórias do empreendimento.

14 - Para a compensação por supressão de vegetação do SPSL na zona de amortecimento do PEJU, recomendamos a proporção de 1:50. É que esta compensação seja feita prioritariamente na aquisição de áreas contíguas ao PEJU para ampliação da área protegida e implantação de corredores ecológicos.

15 - Prever investimento para Programas de Pagamento por Serviços Ambientais, nas modalidades de "Floresta em Pé" e "Conservação de Nascentes", priorizando as propriedades rurais particulares de entorno da UC.

16 - Vetar todo e qualquer tipo de mineração em novas áreas, de modo que essas atividades ocorram em locais já licenciados, referente ao pedido do Grupo Votorantim de nova área para extração de areia.

b - Condicionantes:

1 - Revisão do EIA/RIMA, no intuito de considerar a Unidade de Conservação em questão e seu Plano de Manejo aprovado em 27 de janeiro de 2011, Deliberação CONSEMA 03/2011, objetivando contemplar a Unidade com compensação, mitigação dos impactos decorrentes do SPSL, incluindo ainda no EIA/RIMA, a localização do Parque Estadual do Jurupará, com seu perímetro, sua Zona de Amortecimento com todas as intervenções das estruturas previstas no SPSL.

2 - Que as compensações ambientais do empreendimento sejam destinadas ao Parque Estadual do Jurupará, nos termos do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, SNUC.



PROCESSO
fls. 2308

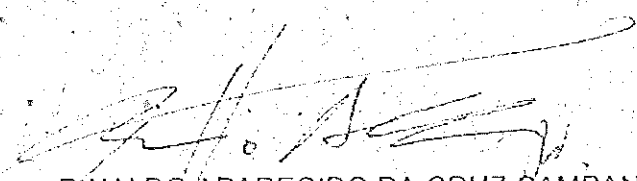
PROCESSO
fls. 2308

3 - Que na revisão do EIA-RIMA, seja definida a contribuição financeira prevista no artigo 47 do diploma legal acima mencionado;

4 - A área indicada para "bota fora" deve ser compreendida além dos limites da área de abrangência do PEJU e de sua Zona de Amortecimento;

5 - Execução do monitoramento do nível do reservatório e divulgação dos dados para os órgãos competentes.

Ibiúna, 27 de outubro de 2011.


RINALDO APARECIDO DA CRUZ CAMPANHÃ
Presidente do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jurupará
Gestor do Parque Estadual do Jurupará



FUNDAÇÃO
PARA A CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL E PRODUÇÃO
FLORESTAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO
fls. 2281 ✓

Fls. nº 69
Proc. nº 2208/11

PROCESSO
fls. 2281 ✓

PROCESSO: FF Nº 2.208/2011

NIS: 1665720

INTERESSADO: COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

ASSUNTO: PROCESSO CETESB Nº 21/2012 – EIA/RIMA DO SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO

DESPACHO CONJUNTO DAT/DO nº 01/2012

Visto;

2. Trata o presente de solicitação da CETESB para manifestação desta Fundação Florestal sobre o licenciamento ambiental do empreendimento denominado "Sistema Produtor São Lourenço";
3. O empreendimento em epígrafe afetará as seguintes unidades de conservação sob gestão da FF:
 - a. Parque Estadual da Serra do Mar;
 - b. Parque Estadual do Jurupará;
 - c. APA Itupararanga;
 - d. APA Serra do Mar;
 - e. APA Várzea do Tietê.
4. Considerando a legislação ambiental em vigor que estabelece a obrigatoriedade da manifestação dos órgãos gestores de unidades de conservação afetadas por empreendimentos de significativo impacto nos processos de licenciamento ambiental, foram elaboradas informações técnicas e consultas aos respectivos Conselhos, quando necessário, sobre os quais nos manifestamos abaixo:
 - a. APA Serra do Mar: Informação Técnica APASM 009/2011 (fls. 05), com a qual manifestamo-nos de acordo integralmente;

- b. APA Várzea do Tietê: Deliberação do Conselho Gestor Consultivo nº 04/11 (fls. 06 a 13), com a qual manifestamo-nos de acordo integralmente;
- c. APA Itupararanga: Deliberação do Conselho Gestor nº 01/2011 (fls. 14 a 42), com a qual manifestamo-nos de acordo integralmente;
- d. Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Itarirú: Parecer Técnico nº 09/2011 (fls. 59 a 68), com o qual manifestamo-nos de acordo integralmente, ressaltando as medidas mitigadoras e compensatórias constantes do item 5.3 do citado parecer, devem ser recepcionadas pelo órgão licenciador como "condicionantes";
- e. Parque Estadual do Jurupará: Informação Técnica s/nº (fls. 46 a 55), sobre as quais tecemos as seguintes considerações:
- i. Desconsiderar a recomendação (item "a", nº 1), que propõe a alteração da denominação do empreendimento;
 - ii. Desconsiderar a condicionante (item "b", nº 2), que define que os recursos de compensação ambiental sejam destinados ao PE do Jurupará;
 - iii. Sobre a condicionante (item "b", nº 1), referente à revisão do EIA/RIMA tendo em vista a aprovação do Plano de Manejo da UC, avaliamos que, caso os estudos tenham sido elaborados anteriormente à aprovação do Plano (aprovado em 27/01/2011), que a adequação pleiteada deva ser elaborada anteriormente à expedição da Licença de Instalação do empreendimento, caso o órgão licenciador entenda necessário. O Plano de Manejo da unidade encontra-se disponível no site da Fundação Florestal: www.fflorestal.sp.gov.br;
5. Considerando que a Câmara de Compensação Ambiental é a instância que define as UCs beneficiadas pelos recursos de compensação ambiental previstos no artigo 36 do SNUC, sugerimos que o montante seja dividido entre todas as unidades de conservação afetadas, a saber: APA Várzea do Tietê, APA Itupararanga, Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Estadual do Jurupará;
6. Complementarmente, entendemos que o licenciamento deve estar condicionado ao atendimento das disposições do artigo 47 da Lei Federal nº 9.985/2000, a saber:

Art. 47. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e



FUNDAÇÃO
PARA A CONSERVAÇÃO
E A PRODUÇÃO
FLORESTAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO
fls. 22837

Fls. nº 71
Proc. nº 22062/11

PROCESSO
fls. 22835

implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

7. O atendimento da condicionante constante do item 6 deverá ser firmado por instrumento específico, acompanhado por processo administrativo junto à Fundação Florestal;
8. À DE para deliberação, com sugestão de encaminhamento à CETESB para prosseguimento.

São Paulo, 12 de janeiro de 2011.

BORIS ALEXANDRE CESAR
Diretor de Operações

Ana Carolina de Campos Honora
GCA-Serra do Mar
DO/FF

WANDA MALDONADO
Diretora de Assistência Técnica